

Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne

Sumário pormenorizado da lição

Para efeitos de apresentação das provas para atribuição do título académico de agregado segundo o Decreto-Lei n.º 239/2007 de 19 de junho (atualizado pelo Decreto-Lei nº 64/2023 de 31 de julho), na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Porto, setembro 2024

Sumário Pormenorizado da Lição

*Competência Social de Crianças e Adolescentes Adotados:
A Adoção como Oportunidade de Estudo do Desenvolvimento Humano*

Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne

Para efeitos de apresentação a provas para atribuição do título académico de agregado no ramo de conhecimento da Psicologia, segundo o Decreto-Lei n.º 239/2007, de 19 de junho, atualizado pelo Decreto-Lei n.º 64/2023 de 31 de julho.

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade do Porto.

Setembro 2024

Índice

Competência Social de Crianças e Adolescentes Adotados: A Adoção como Oportunidade de Estudo do Desenvolvimento Humano	4
1. Competência Social.....	6
2. Adoção	7
3. Estudo da Competência Social na Adoção.....	8
3.1. <i>São os adotados mais ou menos socialmente competentes que os seus pares não adotados?</i>	11
3.2. <i>Quais os efeitos da adversidade precoce no desenvolvimento da competência social e em que medida é possível a normalização de trajetórias de desenvolvimento?</i>	16
3.3. <i>Quais os processos e fatores que explicam as diferenças na competência social entre adotados?</i>	22
4. Conclusões	31
5. Linhas futuras da investigação	34
6. Implicações para Práticas de Intervenção e Políticas de Proteção da Criança	37
Referências	40

Tema da Lição: Competência Social de Crianças e Adolescentes Adotados: A Adoção como Oportunidade de Estudo do Desenvolvimento Humano ¹

Agradecimentos:

A lição que vou apresentar retoma alguns dos resultados de investigação pela qual tenho sido responsável desde há mais de 15 anos, na temática da adoção, nomeadamente, o estudo IPA - Investigação sobre o Processo de Adoção: Perspetivas de Pais e Filhos (2008–2013), Dinâmicas Familiares em Adoção, Desenvolvimento e Ajustamento Psicológico, Risco e Proteção (2011-2020) e o Projeto AdoPt – Follow-up em Pós-adoção: Capacidades, Dificuldades e Necessidades de Famílias Adotivas Portuguesas (2021-2025).

Estes projetos de investigação foram, e são, um trabalho coletivo. Tive o privilégio de trabalhar com colegas, estudantes, e colaboradores de investigação, todos igualmente empenhados no estudo da adoção como forma de família com características e necessidades próprias, e como desenho de investigação no desenvolvimento humano. A todos, o meu profundo reconhecimento.

¹ A presente lição constitui a atualização e revisão aprofundada da *Invited keynote* com o título “*Adoptees’ social competence from childhood to emergent adulthood*”, apresentada na ICAR7 - 7th *International Conference on Adoption Research*, que se realizou em Milão em junho 2021 (Barbosa-Ducharne, 2021).

Competência Social de Crianças e Adolescentes Adotados: A Adoção como Oportunidade de Estudo do Desenvolvimento Humano

Ser socialmente competente significa ser capaz de se envolver em relações sociais positivas, e de se comportar de modo socialmente adequado, nos diferentes contextos nos quais se vai participando ao longo da vida. Esta afirmação tem sido consensualmente reconhecida pelos investigadores, que apontam que a complexidade do estudo da competência social reside na exigência da tomada em consideração, simultânea, de mecanismos subjacentes a estas respostas socialmente adequadas, e dos comportamentos discretos que as manifestam, os quais se vão alterando com a idade e mudam em função do contexto (e.g., Crone et al. 2020, Junge et al., 2020). Por conseguinte, o estudo do desenvolvimento da competência social requer uma perspetiva desenvolvimental sobre as habilidades e comportamentos sociais, as interações e relações vividas nos diferentes contextos que vão emergindo ao longo da vida (família, escola, pares, amigos, relações de intimidade/parceiros românticos, colegas de trabalho). Neste sentido, a competência social não representa uma característica fixa, mas refere-se a um constructo desenvolvimental (Junge et al., 2020). Por conseguinte, abordar o desenvolvimento da competência social implica atender, não apenas à mudança evolutiva de comportamentos e de qualidade de interações, mas também aos diversos interlocutores sociais nos diferentes contextos, bem como aos fatores e processos que explicam, tanto as mudanças evolutivas, como as diferenças individuais nos processos do desenvolvimento.

A adoção tem sido reconhecida como uma intervenção natural que marca uma descontinuidade evidente na trajetória de desenvolvimento da pessoa adotada, permitindo o estudo do impacto diferencial de fatores biológicos e ambientais, das experiências de adversidade prévias à adoção e das experiências estimulantes e positivas após a adoção. A investigação sobre a adoção permite uma abordagem única a questões básicas do desenvolvimento como os papéis relativos da hereditariedade e do ambiente, a influência das primeiras experiências no desenvolvimento posterior, a capacidade de recuperação após a adversidade precoce e as mudanças normativas e não-normativas do desenvolvimento. Não é, portanto, surpreendente o recurso à adoção como desenho de investigação (*adoption design*, Palacios, 2018) na abordagem

do desenvolvimento, pois permite “controlar”, de maneira natural, variáveis que princípios éticos básicos impediriam manipular para observar as suas consequências, como a intensidade e duração dos maus-tratos ou a exposição à negligência na infância. No caso concreto da competência social, o recurso à adoção como desenho de investigação (*adoption design*) abre a possibilidade da identificação do impacto diferencial dos fatores biológicos, evolutivos e ambientais no funcionamento social de crianças, adolescentes e adultos cuja história de vida foi marcada, primeiro pela adversidade precoce e, depois, pela adoção. Até agora, a investigação tem-se centrado sobretudo na infância e na adolescência, estando o estudo da competência social dos adultos adotados ainda muito incipiente.

Por conseguinte, o tópico desta lição é o desenvolvimento da competência social de crianças e adolescentes adotados. Pretende-se proceder a uma revisão da principal investigação atual, mostrar como as diferentes questões de investigação têm vindo a ser colocadas e respondidas, bem como apresentar a investigação conduzida no grupo² de que sou responsável, e os seus contributos para a evidência científica disponível. Procura-se também identificar que questões se mantêm ainda sem resposta e apontar novas linhas de investigação futura. Finalmente, espera-se mostrar como a investigação sobre a competência social da pessoa adotada traz contributos fundamentais à compreensão do processo de desenvolvimento humano, fornecendo evidência científica essencial e elementos úteis para a intervenção.

Para além do tópico concreto da competência social, esta lição reflete uma linha de investigação, iniciada há mais de 15 anos e com potencialidades de desenvolvimento futuro. Esta linha de investigação tem incluído vários estudos e diversos esforços de transferência de conhecimento em torno do tema da adoção. Este é um tema relevante, não apenas como medida de proteção, mas pelo contributo que dá também para a ciência do desenvolvimento humano, na medida em que analisa os processos de mudança psicológica no contexto pouco comum das grandes discontinuidades evolutivas, em que a adversidade precoce é seguida por circunstâncias muito mais favoráveis.

² Refiro-me ao Grupo de Investigação e Intervenção em Acolhimento e Adoção (GIIAA) que foi congregando, a partir de 2011 de um modo mais estruturado, estudantes de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento, bem como colaboradores de investigação, interessados nas temáticas do acolhimento e da adoção de crianças e adolescentes e suas famílias.

1. Competência Social

Apesar da multiplicidade de abordagens conceptuais da competência social (e.g., Bukowski et al., 2018; Crone et al., 2020; Gresham et al., 2011; Junge et al., 2020), parece haver algum consenso que este conceito inclui um conjunto de habilidades/comportamentos sociais que possibilitam o estabelecimento de interações sociais positivas nos diferentes contextos sociais. Ser socialmente competente requer a capacidade de compreender as emoções e necessidades dos outros e de regular as emoções e comportamentos próprios na interação social. Implica o desenvolvimento e a manifestação de habilidades tão variadas como a interpretação de sinais sociais e a tomada de perspectiva social, assim como demonstrações de empatia, de comunicação positiva ou de cooperação, essenciais no estabelecimento e manutenção das relações sociais e na resolução de problemas sociais. Deste modo, um repertório rico de habilidades sociais é o requisito para o estabelecimento de interações sociais positivas, facilitadoras do estabelecimento e manutenção de relações interpessoais, e da integração nos diferentes contextos sociais em que o indivíduo é chamado a participar. Ao longo do desenvolvimento, os contextos sociais vão-se multiplicando e alargando, da família restrita e próxima à família alargada, aos contextos educativos extrafamiliares, ao grupo de pares, amigos e relações de intimidade, aos contextos de trabalho. O desenvolvimento traz, pois, exigências crescentes de competência na gestão das interações e relações estabelecidas, bem como de resolução de situações sociais.

O estudo do desenvolvimento da competência social tem mostrado que ser socialmente competente está associado a experiências precoces de segurança (e.g., Guyon-Harris et al., 2019) e a aquisições essenciais de reconhecimento de emoções (e.g., Paine et al., 2023), regulação emocional (e.g., Spinrad et al., 2006) e funcionamento executivo (e.g., Wretham & Woolgar, 2017), bem como a outros resultados desenvolvimentais importantes, tanto a nível do desempenho académico (e.g., Tan, 2009) e da adaptação à escola (Soares et al., 2017³), como da saúde e ajustamento psicológico (e.g., Romppanen et al., 2021).

Abordar a competência social numa perspectiva de desenvolvimento requer, pois, considerar, em simultâneo, os comportamentos/aquisições que se manifestam ao longo do desenvolvimento, as tarefas sociais típicas de cada momento e de cada idade, e a

³ Estudo que integrou a tese de Doutoramento em Psicologia da primeira autora, Joana Soares, a qual foi desenvolvida no âmbito do projeto *Dinâmicas Familiares em Adoção, Desenvolvimento e Ajustamento Psicológico, Risco e Proteção* (2011-2020), estudo que adiante será objeto de análise por se incluir nos produtos de investigação sobre a temática da competência social em adotados.

complexidade dos diferentes contextos sociais significativos. Implica, também, considerar o impacto dos diferentes fatores e processos que explicam a variabilidade do próprio desenvolvimento. Adicionalmente, do ponto de vista metodológico, exige o recurso a múltiplos métodos, múltiplos informantes, em múltiplos contextos. Na presente lição procura-se mostrar os contributos científicos da linha de investigação desenvolvida no contexto do grupo de investigação que coordeno e as potencialidades de transferência do conhecimento nesta temática. Adicionalmente, procura-se integrar esta linha de investigação na revisão das respostas que a investigação internacional tem dado às questões mencionadas, com recurso à adoção como desenho de investigação e à pessoa adotada como sujeito de estudo.

2. Adoção

Pela adoção, uma criança que nasceu numa família que não soube, não pode, ou não quis, proporcionar-lhe as condições necessárias ao seu desenvolvimento, passa a pertencer a uma outra família que reúna as condições necessárias para responder às suas necessidades desenvolvimentais presentes e que, simultaneamente, permitam a recuperação das sequelas das experiências de adversidade e trauma que pautaram a vida prévia à adoção. Atualmente, em Portugal, a adoção é a oportunidade de pertencer a uma nova família para cerca de 8% das crianças que, tendo sido separadas das suas famílias de origem, se encontram com uma medida de acolhimento (Instituto de Segurança Social, Instituto Público [ISS.IP], 2023). Acresce que Portugal continua a ser o país da União Europeia com a mais alta taxa de institucionalização, pelo que as crianças que são encaminhadas para adoção, viveram algum tempo em regime de cuidado coletivo, com a inerente instabilidade deste tipo de contextos (Barbosa-Ducharne & Soares, 2023). Por outro lado, é amplamente reconhecido que, na grande maioria das situações, a adoção é a melhor alternativa para uma criança que precisa de uma família para a vida (Palacios, Adroher et al., 2019), pois é a medida que definitivamente lhe proporciona estabilidade e permanência (Brodzinsky & Smith, 2019).

Não sendo objetivo desta lição uma apresentação detalhada sobre o sistema de promoção dos direitos e proteção da criança e/ou sobre as medidas previstas na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP, Lei 147/99, de 1 de setembro na redação dada pelas leis nº 142/2015 de 8 de setembro, nº 23/2017 de 23 de maio e nº 26/2018 de 5 de julho), importa, contudo, referir que a adoção é um *modo* de construção de relações familiares entre uma criança em situação de adotabilidade (juridicamente

disponível para ser adotada) e um ou dois adultos que foi/foram considerado/s idóneo/s para assumirem o papel de figura/s parental/ais daquela criança (Alfaiate et al., 2022⁴).

Do ponto de vista psicológico, a adoção marca uma descontinuidade radical, um *turning point*, na trajetória desenvolvimental da criança que vem a ser adotada (Brodzinsky & Palacios, 2023). Pretende romper com uma história de abandono, maltrato, negligência, ausência (ou pobreza) de resposta a necessidades essenciais da criança e reescrever uma outra, de afetos, de estímulos enriquecedores e oportunidades de experiências sociais positivas (Palacios, Rolock et al., 2019). Por conseguinte, uma criança adotada cresce numa família com a qual não partilha um património biológico, nem os vínculos, nem as experiências prévias à adoção, mas converte-se em elemento ativo das experiências que são proporcionadas no contexto familiar do qual passa a fazer parte após a adoção. Sendo importante salientar que sob o rótulo de “família adotiva” se designa uma grande variedade de situações de adoção, pois pode envolver crianças adotadas mais velhas ou nos primeiros anos de vida, expostas a mais ou menos adversidade, adotadas por adotantes individuais ou por casais, de sexo diferente ou do mesmo sexo, a adoção está sempre associada a uma mudança definitiva na trajetória de vida da pessoa que foi adotada. Se a infância da maioria das pessoas é caracterizada pela continuidade das relações e dos contextos, a infância das pessoas que foram adotadas é caracterizada pela descontinuidade em ambos os aspetos, uma descontinuidade que proporciona imensas possibilidades de investigação sobre o desenvolvimento e, no presente caso, para o estudo da competência social.

3. Estudo da Competência Social na Adoção

Considerando a história de vida típica da adoção, como atrás se descreveu, é compreensível que esta “experiência natural” seja usada como desenho de investigação para destrinçar o impacto de diferentes fatores, biológicos e ambientais, e entre experiências de adversidade, negligência e trauma, e experiências de afeto, presença e investimento na relação com a criança. As experiências dos primeiros anos de vida de uma criança permitem construir modelos de interação social e são determinantes na aquisição de mecanismos de relação e autorregulação, essenciais no desenvolvimento das bases da competência social (Junge et al., 2020). Ser exposto

⁴ Edição Anotada do Regime Jurídico do Processo de Adoção, da qual fui coautora responsável pela anotação aos artigos 41º a 50º da Lei 143/2015 de 8 de setembro, referentes à intervenção profissional no processo de adoção; constitui uma manifestação de transferência do conhecimento científico produzido mostrando como a investigação pode contribuir para as mudanças na legislação e na intervenção profissional.

a experiências de maltrato ou negligência e/ou viver num contexto de cuidados coletivos, sem oportunidade de estabelecer uma relação significativa privilegiada com um adulto cuidador, afetuoso, atento e estimulante, condiciona negativamente as experiências de socialização precoce.

Por conseguinte, como desenho de investigação (Palacios, 2018), a adoção proporciona o contexto para a compreensão em profundidade das habilidades sociais individuais e da dinâmica das relações sociais que promovem, ou põem em risco, a integração nos diferentes cenários sociais. Permite, igualmente, acompanhar as trajetórias do desenvolvimento após a vivência de experiências de adversidade precoce, identificando o impacto a curto, médio e longo prazo destas experiências, bem como a interação mútua destas vivências precoces com as experiências após a adoção. O estudo da competência social em crianças que, tendo vivido estas experiências de adversidade precoce, tiveram novas oportunidades em diferentes contextos, permite, pois, a identificação de processos e fatores que explicam diferentes trajetórias desenvolvimentais. Em suma, a adoção fornece o contexto para a identificação e análise dos processos e fatores contextuais envolvidos no desenvolvimento da competência social.

Neste sentido, a presente lição propõe uma revisão de investigação sobre a competência social de crianças e adolescentes adotados, mostrando como o progresso da investigação em adoção reflete a evolução do conhecimento sobre o próprio processo de desenvolvimento. O interesse deste tópico é demonstrado pelo facto de ter vindo a receber atenção crescente dos investigadores, com evidência científica acumulada, que já permitiu um estudo de meta-análise (DeLuca et al., 2019). Por outro lado, para além da dimensão de investigação básica sobre processos de desenvolvimento, o estudo da competência social nas crianças e adolescentes adotados possui uma dimensão prática evidente, como ficou patente no nosso estudo sobre disrupção da adoção. Neste estudo (Barbosa-Ducharne & Marinho, 2019⁵), as dificuldades dos pais na convivência e no relacionamento com os filhos e, dentro da família, entre os filhos adotados e os não adotados, estiveram entre os fatores relacionados com o desfecho inesperado e negativo da adoção.

O objetivo desta lição não é apresentar uma revisão exaustiva de toda a investigação disponível, mas proceder a uma análise seletiva, conceptualmente guiada, da evidência científica mais significativa. Na investigação sobre adoção, a competência

⁵ Estudo desenvolvido no âmbito do projeto *Dinâmicas Familiares em Adoção, Desenvolvimento e Ajustamento Psicológico, Risco e Proteção* (2011-2020)

social tem tido menos protagonismo (Brodzinsky & Palacios, 2023; Palacios & Brodzinsky, 2010), tendo os investigadores dado mais atenção aos problemas de comportamento e ajustamento psicológico de crianças e adolescentes adotados, os quais obviamente constituem obstáculos à manifestação de condutas socialmente competentes. A evidência científica relativa ao ajustamento comportamental e psicológico foi já objeto de estudos de revisão sistemática (como a realizada no nosso grupo, Barroso et al., 2017⁶) e de meta-análise (pelo grupo da Universidade de Leiden na Holanda, Bimmel et al., 2003; Juffer & van IJzendoorn, 2005), pelo que nos abtemos de a aprofundar nesta lição.

Em 2010, Palacios e Brodzinsky, sistematizando a investigação em adoção (no âmbito da psicologia), identificaram três tendências gerais de estudos que, de certo modo, traduzem a evolução da investigação sobre a adoção. Reconhecendo que a emergência de uma nova tendência de estudos não fechava a anterior, e que diferentes tendências poderão coexistir, enriquecendo-se mutuamente, os autores (Palacios & Brodzinsky, 2010) atribuíram a cada tendência uma questão de investigação específica. Assim, identificaram uma primeira tendência reunindo estudos de comparação entre adotados e não-adotados; uma segunda que se focou no estudo da recuperação, proporcionada pela adoção após a adversidade, e uma terceira orientada para o estudo dos processos e fatores que explicam o desenvolvimento e as diferenças individuais entre os adotados (Palacios & Brodzinsky, 2010).

Nesta lição sobre o desenvolvimento e a manifestação da competência social na pessoa adotada, irei recorrer à mesma grelha de leitura (Palacios & Brodzinsky, 2010), considerando três tendências gerais que se têm evidenciado na investigação sobre competência social, desenvolvimentalmente inspirada e baseada num *adoption design* (Palacios, 2018):

1. Uma primeira tendência de estudos comparativos entre adotados e não-adotados, que procuram responder à questão: são os adotados mais ou menos socialmente competentes que os seus pares não adotados?
2. Uma segunda tendência de estudos centrados na recuperação pós-adversidade, que, globalmente, colocam a questão: quais os efeitos da adversidade precoce no desenvolvimento da competência social e em que medida é possível a normalização de trajetórias de desenvolvimento?

⁶ Estudo que integrou a tese de Doutoramento em Psicologia do primeiro autor, Raquel Barroso, a qual foi desenvolvida no âmbito do projeto *Dinâmicas Familiares em Adoção, Desenvolvimento e Ajustamento Psicológico, Risco e Proteção* (2011-2020)

3. Uma terceira tendência de estudos que pretendem responder à questão: quais os processos e fatores que explicam as diferenças na competência social entre adotados?

Esta grelha de leitura será o guia conceptual na revisão e reflexão sobre a investigação disponível, nacional e internacional, procurando-se aí situar e identificar o contributo trazido pela investigação que foi desenvolvida no contexto do Grupo de Investigação e Intervenção em Acolhimento e Adoção, sob minha coordenação.

3.1. *São os adotados mais ou menos socialmente competentes que os seus pares não adotados?*

Esta tendência, que dominou as primeiras abordagens da investigação sobre a adoção, reúne estudos que pretendem identificar se os adotados são mais ou menos socialmente competentes que os seus pares não adotados. Trata-se de estudos comparativos entre grupos emparelhados de adotados e não-adotados (e.g., Brodzinsky et al., 1984) ou de confronto dos resultados obtidos por adotados com indicadores normativos das populações de referência (e.g., Glennen & Bright, 2005; Stams et al., 2000), incluindo grupos de crianças (Brodzinsky et al., 1984; Caprin et al., 2017, Glennen & Bright, 2005; Jiménez-Etcheverría & Palacios, 2020; Kim et al., 1999; Petranovich et al., 2015), de adolescentes (Barroso et al., 2018⁷; Paniagua et al., 2020) ou, de modo mais incipiente, de adultos emergentes (Tieman et al., 2006) e procurando ajustar as medidas usadas às aquisições e desafios sociais de cada faixa etária.

Dois estudos de comparação de crianças adotadas com não-adotadas podem ser considerados pioneiros nesta linha de investigação, mas enquanto Brodzinsky et al (1984) procuraram assegurar grande rigor metodológico na definição dos grupos emparelhados (crianças adotadas e pares da comunidade), o estudo de Kim et al. (1999), recorreu à comparação de um pequeno grupo de crianças adotadas nos primeiros anos de vida com os irmãos, filhos biológicos dos seus pais adotivos. Ambos os estudos usaram a competência social como indicador de ajustamento psicológico e avaliaram a competência na interação social das crianças (operacionalizada no número de amigos e na frequência de participação em organizações e atividades próprias da idade) através de uma medida genérica de despistagem de problemas de ajustamento psicológico/saúde mental (CBCL). Apesar de, em ambos os estudos, as pontuações

⁷ Estudo que integrou a tese de Doutoramento em Psicologia do primeiro autor, Raquel Barroso, a qual foi desenvolvida no âmbito do projeto *Dinâmicas Familiares em Adoção, Desenvolvimento e Ajustamento Psicológico, Risco e Proteção* (2011-2020) e que adiante será objeto de análise por se incluir nos produtos de investigação sobre a temática da competência social em adotados.

médias de competência social obtidas pelas crianças adotadas estarem dentro dos valores médios de referência, eram mais baixas que os valores obtidos para as crianças não adotadas de comparação.

Outros estudos desta primeira tendência reconheceram a necessidade de proceder à comparação entre adotados versus não-adotados recorrendo a medidas específicas e desenvolvimentalmente ajustadas do funcionamento social, quer de autorresposta (Barroso et al., 2018; Paniagua et al., 2020; Tieman et al., 2006), quer usando unicamente os pais como informantes (Petranovitch et al., 2015), quer ainda recorrendo a múltiplos informantes (Caprin et al., 2017; Glennen & Bright, 2005; Jiménez-Etcheverría & Palacios, 2020; Stams et al., 2000). Deste modo, a evidência científica sobre crianças, adolescentes e adultos emergentes adotados provém do uso de instrumentos de avaliação de habilidades sociais (e.g., Barroso et al., 2018; Glennen & Bright, 2005), de itens ou subescalas sobre comportamentos sociais em situação integrados em instrumentos mais amplos (Caprin et al., 2017; Jiménez-Etcheverría & Palacios, 2020; Paniagua et al., 2020; Petranovitch et al., 2015), recorrendo a uma prova sociométrica (Stams et al., 2000), ou a questionários especificamente construídos para apreender as forças e vulnerabilidades do funcionamento social na adultez emergente (Tieman et al., 2006).

Os estudos desta primeira tendência que procedem ao confronto entre grupos de adotados e grupos de pares da comunidade (e.g., Brodzinsky et al., 1984, Caprin et al., 2017; Paniagua et al., 2020; Petranovitch et al., 2015; Tieman et al., 2006) são globalmente consistentes em reportar que as pontuações médias obtidas pelos grupos de adotados são menos satisfatórias do que as dos seus pares não adotados. Apenas o estudo de Stams et al. (2000) é exceção, reportando que, aos 7 anos, meninas adotadas em bebé são consideradas pelos professores com mais competência pró-social relativamente aos pares não adotados, e são reconhecidas pelos pares como mais populares. As crianças adotadas são genericamente caracterizadas com um repertório mais pobre de habilidades sociais (e.g., Glennen & Bright, 2005), com menos amigos (e.g., Brodzinsky et al., 1984) e mais dificuldades de funcionamento social (e.g., Caprin et al., 2017), enquanto os adolescentes adotados reportam menos satisfação nas relações com os amigos (Paniagua et al., 2020) e os jovens adultos adotados reconhecem ter maior dificuldade em estabelecer relações de intimidade, viver conjugalmente ou ter uma relação conjugal (Tieman et al., 2006). Deve sublinhar-se que estes piores resultados obtidos pelos grupos de adotados podem ser compreendidos à luz das experiências do passado de adversidade presente nas histórias de vida de pessoa adotada e que, obviamente, os coloca em desvantagem na comparação. Os

estudos que exploraram o papel de variáveis habitualmente usadas para caracterizar o processo de adoção (e.g., idade de adoção, tempo de adoção, experiências de cuidados institucionais) revelaram que aqueles resultados são mais explicáveis pelas condições e circunstâncias da adoção, isto é, adoção precoce ou tardia (e.g., Jiménez-Etcheverría & Palacios, 2020), adoção internacional *versus* adoção nacional, (e.g., Paniagua et al., 2020), ou país de origem, Europa de Leste *versus* Asia ou América Latina (e.g., Paniagua et al., 2020; Petranovitch et al., 2015) do que unicamente pelo estatuto de adotado.

Uma recente investigação levada a cabo em vários países europeus (Espanha, França, Itália e Noruega) e baseada em medidas de autorresposta de adolescentes adotados provenientes da Europa de Leste (Cáceres et al., 2023) aponta dois resultados de interesse para o tema em análise. Por um lado, mais de metade dos adolescentes estudados reportaram ter sofrido experiências de vitimização pelos pares, nos dois meses prévios à recolha de dados, referindo como experiências mais frequentes, os insultos verbais e a exclusão social. Este é um dado relevante que evidencia as dificuldades de integração social que podem estar ligadas à experiência de um número significativo de adotados. Por outro lado, o facto de a experiência de vitimização ser semelhante nos quatro países envolvidos no estudo, sugere uma clara conexão com a característica comum de se tratar de adotados provenientes da Europa de Leste. Apesar de não dispormos de investigação comparativa com adotados internacionais, provenientes de outras partes do mundo, é muito provável que a vitimização pelos pares, de que são alvo os adotados da Europa de Leste, se repita também com adotados provenientes de outras regiões, de Africa ou da América Latina e/ou na adoção nacional.

O reconhecimento do impacto das experiências de privação vividas pelas crianças que são posteriormente adotadas, conduziu os investigadores a recorrerem a outros grupos de comparação, mostrando que, quando as crianças ou adolescentes adotados são comparados com outros que se mantêm nas condições de risco, como, por exemplo, crianças acolhidas em instituições (e.g., Jiménez-Etcheverría & Palacios, 2020), a adoção surge como fator protetor, permitindo uma performance das crianças adotadas mais próxima da dos seus pares na comunidade, do que daqueles que se mantiveram em condições adversas. No estudo de Jiménez-Etcheverría e Palacios (2020), crianças adotadas chilenas, quando comparadas com crianças em acolhimento residencial, revelaram menos problemas na relação com pares e mais comportamentos pró-sociais, avaliados através do SDQ. Tudo isto reflete uma visão da adoção fortemente dependente do grupo de comparação: comparada com a manutenção de circunstâncias familiares ou institucionais adversas, a adoção aparece como um claro

fator de proteção; quando comparada com situações sem adversidade precoce, a adoção aparece ligada a indicadores mais problemáticos, como seria expectável, tendo em conta, exatamente, a adversidade que precedeu a adoção. Investigação conduzida no nosso grupo assim o mostrou (Barroso et al., 2018).

No estudo de Barroso et al. (2018), recorremos ao paradigma de estudo comparativo, no qual o grupo de adotados é simultaneamente comparado com um grupo de pares que participam nos mesmos contextos de vida atuais, e com um grupo de pares que partilharam as suas experiências passadas, tendo-se mantido em acolhimento residencial (“*como seriam as crianças ou adolescentes adotados se o não tivessem sido*”). Neste estudo, as habilidades sociais dos três grupos emparelhados de adolescentes, isto é, adotados, em acolhimento residencial, e pares da comunidade sem história de contacto com o sistema de promoção e proteção, foram comparadas usando a versão portuguesa de autorresposta do *Social Skills Improvement System-Rating Scales* (SSIS-RS, Gresham & Elliot, 2008). Assim, foi possível verificar diferenças significativas entre os três grupos, com tamanho de efeito grande, tanto no indicador geral de habilidades sociais, como nos comportamentos de comunicação, cooperação, assertividade, responsabilidade, empatia, envolvimento e autocontrolo. Os adolescentes adotados autoatribuíram-se pontuações superiores às autoavaliações dos adolescentes em acolhimento residencial, mas inferiores às dos seus pares da comunidade (Barroso et al., 2018). Para além da comparação entre os três grupos de adolescentes procedeu-se à exploração de diferenças no interior de cada um dos grupos, comparando os resultados obtidos com as normas originais americanas do SSIS-RS (Gresham & Elliot, 2008), tendo-se verificado que a maioria dos adolescentes adotados se encontrava na média ou acima da média em todas as medidas de habilidades sociais, tal como os seus pares da comunidade, enquanto a maioria dos adolescentes em acolhimento residencial apenas se encontrava na média dos valores de referência para as medidas de comunicação e autocontrolo⁸. Verificámos ainda que as habilidades sociais dos adolescentes adotados estavam negativa e significativamente correlacionadas com a idade de separação da sua família biológica

⁸ Estes piores resultados obtidos pelos adolescentes em acolhimento residencial são congruentes com múltipla investigação desenvolvida noutros âmbitos e noutros contextos (e.g., van IJzendoorn et al., 2020). No âmbito da nossa investigação global sobre Proteção da Criança, uma das vertentes desenvolvidas incidiu na qualidade e consequências do acolhimento residencial em Portugal, nomeadamente o estudo EQAR – Estudo Nacional de Avaliação da Qualidade do Acolhimento Residencial (Barbosa-Ducharne et al., 2021; Barbosa-Ducharne & Soares, 2023; Campos et al., 2019, 2020). Em termos de pesquisa sobre desenvolvimento humano, essa linha de investigação claramente evidenciou a importância e a necessidade do contexto familiar na infância e na adolescência. Em termos de transferência de conhecimento, esta linha de pesquisa contribuiu para a proposta de mudanças na legislação sobre acolhimento residencial e de qualificação de práticas profissionais neste contexto.

(quanto mais velhos, menos habilidades sociais), apontando para o papel que a privação social vivida na família de origem poderia ter tido, comprometendo a aquisição de requisitos essenciais da competência social e levantando a questão da necessidade de explorar a interação entre estas experiências prévias e as oportunidades de recuperação proporcionadas pela adoção, questão a que voltaremos adiante.

Da investigação desta primeira tendência, estudos que partilham um desenho transversal e comparativo entre grupos, derivam conclusões que podem ser sumariadas em quatro pontos essenciais:

(1) As crianças adotadas são socialmente mais competentes que os seus pares que se mantiveram institucionalizados (e.g. Barroso et al., 2018; Jiménez-Etcheverría & Palacios, 2020). No que diz respeito à comparação das crianças adotadas com os seus pares da comunidade, a investigação aponta alguns dados divergentes, dependendo do informante e da medida utilizada. Por exemplo, em Caprin et al. (2017), crianças adotadas autoatribuem-se melhores pontuações em comportamentos prossociais que os seus pares, mas os pais atribuem-lhes mais dificuldades de funcionamento social; em Glennen e Bright (2005) os pais atribuem às crianças adotadas pontuações de competência social normativas, mas os professores atribuem-lhes pontuações significativamente mais fracas que a norma;

(2) A entrada na adolescência para alguns adotados desencadeia mais dificuldades no estabelecimento de relações positivas com os seus pares, com menos satisfação nas relações com amigos (e.g., Paniagua et al., 2020);

(3) Embora não em todos os casos, mas em estudos com crianças adotadas internacionalmente, foram evidentes diferenças associadas aos países de origem destas crianças (e.g., Paniagua et al., 2020; Petranovitch et al., 2015);

(4) Verificou-se alguma inconsistência nos resultados relativos a diferenças associadas ao género, pois, apesar de as amostras dos estudos incluírem crianças e adolescentes de ambos os sexos (exceção para Petranovitch et al., 2015 que só inclui meninas), apenas Brodzinsky et al. (1984), Stams et al. (2000) e Tieman et al. (2006) reportam diferenças, obtendo as crianças adotadas do sexo feminino resultados mais favoráveis que as de sexo masculino.

Apesar das importantes conclusões que permitem avançar a compreensão do desenvolvimento da competência social em crianças adotadas, estes estudos da primeira tendência apresentam algumas limitações, entre as quais se salienta (1) a ausência, com frequência, de um *background* teórico e a utilização nalguns estudos de

medidas não específicas de competência social; (2) o recurso frequente a amostras de dimensão reduzida e de conveniência (associado às dificuldades inerentes ao recrutamento); (3) a inclusão de apenas um informante (com frequência a mãe ou o/a próprio/a adotado/a); (4) o tratamento como um grupo homogêneo de crianças ou adolescentes adotados, apesar da existência de diferenças importantes no interior do grupo.

Pese embora estas limitações, estes estudos que procuraram responder à questão se os adotados são mais ou menos socialmente competentes que os seus pares não-adotados, através da comparação entre grupos, não se esgotaram nesta primeira tendência. Como adiante se verá, o desenho comparativo mantém-se em estudos de segunda e terceira tendências, incluindo múltiplos informantes e múltiplos métodos de recolha de dados, ao serviço de outro tipo de questões de investigação. Sublinha-se que as questões de investigação que orientaram os estudos das segunda e terceira tendências, ou seja, a necessidade de melhor explorar o impacto da adversidade precoce no desenvolvimento posterior e de identificar os processos que explicam as diferenças encontradas entre adotados, emergiram dos resultados dos estudos desta primeira tendência.

3.2. *Quais os efeitos da adversidade precoce no desenvolvimento da competência social e em que medida é possível a normalização de trajetórias de desenvolvimento?*

A segunda tendência de investigação inclui estudos de *follow-up* em pós-adoção com objetivo de explorar o impacto a longo termo da adversidade precoce no desenvolvimento da competência social e a possível normalização após a adoção. Os estudos que se inserem nesta tendência são estudos centrados nas trajetórias desenvolvimentais de crianças com história de privação de cuidados prévia à adoção. Frequentemente, os estudos desta segunda tendência recorrem a um desenho longitudinal para identificação do processo de mudança desenvolvimental, a múltiplas medidas e a múltiplos informantes em mais do que um contexto.

Entre os estudos paradigmáticos desta tendência incluem-se: (1) o ERA Study – *The English and Romanian Adoptees Study* (e.g., Rutter et al., 2007, 2010; Sonuga-Barke et al., 2010, 2017), estudo longitudinal sobre trajetórias desenvolvimentais de uma amostra de crianças adotadas no Reino Unido antes dos 4 anos, provenientes da Roménia, onde viveram experiências de severa privação em instituições do tempo de Ceaucescu, amostra emparelhada com um grupo de crianças adotadas inglesas sem

experiência de institucionalização, que foram avaliadas em diversas idades entre os 4 e os 22-25 anos, em diferentes domínios do desenvolvimento, incluindo aspetos de competência social; (2) o estudo de Leiden (Jaffari-Bimmel et al., 2006; Stams et al., 2000, 2002) que acompanhou uma amostra de crianças adotadas internacionalmente no primeiro ano de vida, com múltiplas avaliações entre o primeiro ano de vida e a adolescência, recorrendo a indicadores de desenvolvimento social, e à própria criança/adolescente, às mães, professores e aos pares como informantes, com objetivo de identificar o impacto diferencial de experiências prévias e após a adoção; (3) o estudo longitudinal sobre o impacto da adversidade precoce nas habilidades sociais de crianças e adolescentes do sexo feminino, provenientes da China, adotadas nos EUA, recorrendo aos pais como únicos informantes (Tan, 2009); (4) o estudo sobre o desenvolvimento socio-emocional de crianças e adolescentes provenientes de diversos países, adotadas tardiamente em Itália, um ano após a integração na família, segundo a perspectiva dos pais (Canzi et al., 2018); (5) o *Wales Adoption Cohort Study* que explorou o impacto de diversas variáveis relativas a experiências de adversidade prévias à adoção, no ajustamento psicológico e comportamento pró-social de crianças adotadas, nacionalmente, precoce e tardiamente (entre 0 e 9 anos), seguindo-as longitudinalmente no período entre 5 meses e 4 anos após a integração na família, com recurso aos pais como informantes (Paine et al., 2020).

Para além destes, dois outros estudos (Julian & McCall, 2016 e *Longitudinal Adoption and Institutionalization Study of the University of Seville* [LAIS.US], Cáceres, Moreno et al., 2021; Cáceres, Román et al., 2021; Carrera et al., 2024; Palacios et al., 2013) serão apresentados de modo mais detalhado pela evidência científica mais alargada que proporcionaram acerca do impacto a curto, médio e longo prazo das experiências adversas precoces, na competência social de crianças adotadas.

Julian e McCall (2016) analisaram o impacto nas habilidades sociais, de variáveis como a idade de adoção, a idade atual e o sexo numa amostra de crianças adotadas internacionalmente nos EUA, provenientes de instituições russas onde a estimulação social era reduzida e as oportunidades de estabelecer uma relação segura com um cuidador estável e responsivo eram nulas. Embora todas as crianças partilhassem experiências de institucionalização, a idade de adoção é tomada como indicador genérico do tempo de exposição à adversidade. Apesar do desenho longitudinal do estudo, previsto com quatro momentos de recolha de dados, a baixa taxa de resposta dos pais adotivos, inviabilizou a exploração de trajetórias de desenvolvimento, permitindo apenas a comparação das habilidades sociais, avaliadas através de uma medida específica, o SSRS (Gresham & Elliot, 1990), entre dois grupos,

crianças e adolescentes. Adicionalmente os resultados obtidos foram comparados com as normas de standardização do instrumento, permitindo o confronto com dados normativos de crianças que sempre viveram em contexto familiar. Das conclusões deste estudo salientam-se três: (1) Enquanto as crianças adotadas foram descritas pelos pais com um repertório de habilidades sociais superior às normas de standardização, os pais dos adolescentes adotados (em especial do sexo feminino) atribuíram pontuações inferiores às normas, evidenciando que a adolescência coloca os adotados em desvantagem na arena social, o que constitui uma dificuldade acrescida pela importância que as interações entre pares e os amigos adquirem nesta fase; (2) evidência de uma *step function* (função degrau), na medida em que foi observada uma diferença significativa nas pontuações das habilidades sociais entre as crianças adotadas antes e depois dos 18 meses, revelando que, quando a adoção ocorre após essa idade, as habilidades sociais são particularmente afetadas pela privação social e emocional prévia; (3) evidência de um *sleeper effect* (efeito retardado ou efeito adormecido) da privação social e emocional precoce, na medida em que os déficits nas habilidades sociais só emergiram na adolescência.

Por sua vez, o estudo LAIS.US (Cáceres, Moreno et al., 2021; Cáceres, Román et al., 2021; Carrera et al., 2024; Palacios et al., 2013) apresenta evidência científica complementar sobre a competência social de adotados. Este estudo teve como objetivo geral identificar o impacto de experiências precoces adversas na aquisição de habilidades sociais e de competência social, de integração social e estatuto sociométrico no grupo de pares, bem como as amizades estabelecidas no contexto escolar (Palacios et al., 2013). O desenho de investigação envolveu a comparação entre três grupos de crianças emparelhados em termos de idade, mas com trajetórias de vida diferentes, a saber, (1) crianças que após a adversidade e privação inicial na Rússia foram adotadas por famílias espanholas consideradas idóneas para promover a sua recuperação e bem-estar; (2) crianças que partilham as mesmas experiências de privação, negligência, maltrato, separação e perda na família de origem, mas não usufruem de um contexto familiar recuperador pois vivem em contexto de cuidados coletivos; e (3) crianças da comunidade que crescem com as suas famílias de origem, sem contacto com o sistema de proteção. O primeiro momento de recolha de dados ocorreu quando estas crianças tinham, em média, 6.5 anos, enquanto no segundo momento de recolha de dados, as crianças tinham, em média, 11 anos. Em ambos os momentos, foi avaliado o seu repertório de habilidades sociais, na perspetiva do principal cuidador (pais ou cuidadores na casa de acolhimento) e do professor na escola. A integração social, a aceitação pelos pares e o número de amigos próximos foram explorados através da percepção dos

professores e dos próprios participantes na investigação e de uma prova sociométrica, com os colegas na escola (só no segundo momento de recolha de dados). Este estudo é particularmente rico, na medida em que recorre a um desenho multinível, com múltiplos informantes e utiliza múltiplas medidas de competência social, desenvolvimentalmente adaptadas, considerando os dois principais contextos de socialização, família/casa de acolhimento e escola.

Os resultados obtidos no LAIS.US mostraram a relevância de explorar diferentes indicadores de funcionamento social, em diferentes contextos e recorrendo a múltiplos informantes, uma vez que, na infância, quando as crianças tinham em média 6.5 anos, todos os informantes (pais/cuidadores institucionais e professores) reconheceram um repertório de habilidades sociais mais vasto nas crianças adotadas e da comunidade (sem diferenças significativas entre estas) do que nas crianças que se encontravam em acolhimento residencial (Palacios et al., 2013). Quatro anos mais tarde, (Cáceres, Moreno et al. 2021), quando as crianças tinham em média 11 anos, pais e cuidadores institucionais continuaram a avaliar as habilidades sociais dos três grupos nos mesmos termos, mantendo-se as diferenças significativas entre as (mais baixas) pontuações médias do grupo de crianças/adolescentes em acolhimento residencial em comparação com as pontuações médias do grupo de crianças/adolescentes adotadas e dos pares da comunidade (sem diferenças entre si). Contudo, no que diz respeito as avaliações feitas pelos professores, as crianças/adolescentes da comunidade receberam pontuações significativamente superiores comparativamente, quer às das crianças/adolescentes adotadas, quer às crianças/adolescentes em acolhimento residencial (sem diferenças entre estas). Foi identificado um efeito combinado do grupo e do informante, mostrando que apenas no grupo de crianças/adolescentes da comunidade, as pontuações de pais e professores eram semelhantes. No grupo de crianças/adolescentes adotados, os pais perceberam as habilidades sociais dos filhos como superiores à avaliação dos professores (efeito de tamanho médio) e, no que diz respeito ao grupo de crianças/adolescentes em acolhimento residencial, a percepção dos professores foi superior à dos cuidadores institucionais (efeito de tamanho grande). Esta evidência mostra, por um lado, o impacto do informante, mas também o impacto do contexto, uma vez que pais, cuidadores institucionais e professores se referem ao funcionamento social das crianças em contextos diferentes (Cáceres, Moreno et al., 2021).

No que diz respeito a indicadores de aceitação social e de estatuto sociométrico, as conclusões do estudo LAIS.US mostraram uma degradação de resultados obtidos pelas crianças adotadas na entrada na adolescência (Cáceres,

Román et al., 2021). Se, na primeira fase do estudo, o estatuto sociométrico tinha sido avaliado a partir da percepção dos professores, no segundo momento, esta avaliação recorreu a uma prova sociométrica para avaliação não apenas dos estatutos sociais, mas também de outros indicadores de aceitação e rejeição social, bem como do número de amigos recíprocos e de amigos significativos. O recurso a uma avaliação direta junto dos pares na escola com quem as crianças do estudo interagem, foi uma mais-valia, pois permitiu uma análise compreensiva destes processos. Tal como na investigação com adotados em vários países europeus e provenientes da Europa de Leste (Cáceres et al., 2023), os resultados mostraram um aumento significativo da percentagem de crianças/adolescentes adotados rejeitados pelos seus pares (46%), a qual foi superior à respetiva percentagem encontrada para as crianças/adolescentes em acolhimento residencial (26%). De salientar que este resultado se junta a outros indicadores igualmente penalizadores do funcionamento social das crianças adotadas, uma vez que apenas cerca de metade das crianças/adolescentes adotados (58%), em confronto com 68% das crianças/adolescentes em acolhimento residencial, tem, pelo menos, um amigo significativo, e que as crianças/adolescentes adotados revelaram déficits em identificar a aceitação/rejeição que têm junto dos pares. De facto, as crianças/adolescentes adotados perceberam que eram rejeitados por uma média de dois colegas e, na realidade, foram rejeitados por oito, em comparação com as crianças/adolescentes em acolhimento que identificaram uma média de quatro rejeições e, na realidade, foram rejeitados por uma média de sete. Estes dados evidenciam dificuldades em processar a informação social e em interpretar pistas sociais (Cáceres, Román et al., 2021).

Em resumo, o estudo LAIS.US (Cáceres, Moreno et al., 2021, Cáceres, Román et al., 2021; Carrera et al., 2024; Palacios et al., 2013) apesar de assentar numa amostra de dimensão reduzida, evidencia a emergência/agravamento de dificuldades no processamento da informação e de funcionamento social, na entrada na adolescência de crianças que viveram um passado de adversidade, numa leitura que é compatível com a hipótese de um efeito retardado ou adormecido (Julian & McCall, 2016).

Em termos gerais, os estudos que procuraram identificar os efeitos da adversidade precoce no desenvolvimento da competência social, mostraram que a adoção se confirmou como uma descontinuidade nas trajetórias de risco destas crianças, proporcionando uma mudança muito positiva no processo desenvolvimental e propiciando experiências que se traduzem num repertório mais vasto de habilidades sociais e num funcionamento social mais adaptativo nas crianças adotadas (Canzi et al., 2018; Paine et al., 2020), sobretudo quando comparadas com as que, partilhando

experiência iniciais semelhantes, não puderam usufruir da transição a uma família através da adoção, mantendo-se em contextos institucionais (Julian & Mc Call, 2016, Palacios et al., 2013). Os estudos que incluíram recolha de dados na infância e na adolescência, quer com desenho comparativo (Julian & McCall, 2016), quer com desenho prospetivo (Cáceres, Moreno et al., 2021; Cáceres, Román et al., 2021) convergem em descrever a adolescência como um período particularmente desafiante para os adolescentes adotados (internacionalmente), que se revelaram menos habilitados a fazer face às novas tarefas sociais, nomeadamente a aceitação e integração no grupo de pares, e a construção de amizades significativas (Jaffari-Bimmel et al., 2006, como exceção).

Finalmente, estes estudos contribuíram de forma significativa para a discussão em torno da existência de um período crítico para a aquisição de requisitos essenciais à competência social. Distinguindo-se relativamente ao momento em que o situam, apenas o *English and Romanian Adoptees Study* (ERA, e.g., Sonuga-Barke et al., 2017) e Julian e McCall (2016) encontraram evidência da existência de um tal período crítico que marque um momento a partir do qual a recuperação não é possível (6 meses como ponto crítico no ERA, 18 meses como limite em Julian & McCall, 2018). A existência de um momento que marque um claro antes e um depois, relativamente à possibilidade de recuperação, não foi confirmado noutros estudos (e.g. LAIS.US), exigindo futura investigação que permita esclarecer esta divergência de resultados. Dado que as circunstâncias da adversidade prévia à adoção foram muito mais extremas no estudo ERA do que em Julian e McCall (2016), podemos considerar que, se um hipotético ponto crítico existisse, não seria tanto uma norma inerente ao desenvolvimento, mas sim uma resposta às circunstâncias de cuidado e educação destas crianças.

Pese embora todos estes estudos tenham recorrido a amostras reduzidas que limitaram a extensão das análises e tenham sido conduzidos no âmbito da adoção internacional, o que adiciona o problema da falta de informação precisa acerca da natureza e duração da adversidade precoce, convergem na preocupação de a competência social ser abordada incluindo multi-conteúdos (avaliando as habilidades sociais e a integração social), em múltiplos contextos (família, escola), com múltiplos informantes (pais, professores e pares). Dado que o papel combinado do informante e dos contextos não foi suficientemente explorado, os resultados obtidos são ainda essencialmente descritivos e correlacionais, requerendo novos esforços da investigação. Finalmente, os resultados obtidos acerca do papel do género não são conclusivos, sendo este também um tópico merecedor de atenção futura.

Destes estudos emergem duas questões que, igualmente, carecem de investigação posterior. Por um lado, que processos subjazem a estes indicadores de aceitação/rejeição e estatuto social no grupo de pares que penalizam mais os adolescentes que, tendo vivido privação inicial, foram posteriormente adotados internacionalmente, relativamente àqueles que se encontram na adolescência a viver em acolhimento residencial? Por outro lado, qual é o papel que as habilidades sociais desempenham nos indicadores de aceitação/rejeição social de crianças e adolescentes adotados?

A resposta a estas questões sugeridas pela evidência científica disponível, exige um desenho de investigação em que são explorados de forma mais abrangente e sistemática os processos que fazem variar as trajetórias e os resultados desenvolvimentais de crianças adotadas que viveram experiências de maltrato, negligência, disfuncionalidade familiar, perdas e separações. Com objetivos alinhados por estas questões, o estudo AdoPt - Follow-up em Pós Adoção: Capacidades, Dificuldades e Necessidades de Famílias Adotivas Portuguesas⁹, atualmente em curso e do qual assumo a direção enquanto investigador principal, propõe o *follow-up* durante três anos de uma amostra de 270 famílias adotivas, envolvendo medidas das principais variáveis que a investigação tem identificado como desempenhando importante papel no desenvolvimento da competência social de crianças e adolescentes adotados. O projeto AdoPt, desenhado de acordo com um plano sequencial, recorrendo a três coortes de (3x90) crianças, adotadas em três anos diferentes (2013, 2016 e 2019), repartidas por três grupos etários diferentes quanto à idade de adoção (0-2 anos, 3-5 anos e 6 ou mais anos) proporciona o seguimento longitudinal de crianças e adolescentes com idades entre os 2 e os 23 anos no momento do estudo. Este projeto será objeto de apresentação detalhada adiante nesta lição.

3.3. *Quais os processos e fatores que explicam as diferenças na competência social entre adotados?*

O foco da terceira tendência de investigação sobre a competência social dos adotados incide no estudo dos processos que pretendem explicar as diferenças entre sujeitos. Estes estudos consideram os fatores neurológicos, desenvolvimentais e relacionais que estão envolvidos nas diferenças individuais. Os estudos incluídos nesta

⁹ Projeto PTDC/SOC-ASO/4158/2020, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com orçamento de 245.205,79 €, teve início em 2021 e conclusão prevista em 2024, posteriormente alargado até 2025, envolvendo uma equipa de oito investigadores, dos quais seis do CPUP da FPCEUP e dois do ISCTE-IUL. <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/2K3MB>

tendência, para os quais o grupo que coordeno contribuiu ativamente, recorrem a diferentes abordagens metodológicas, isto é, incluem estudos comparativos entre adotados e não-adotados ou amostras unicamente de adotados, atendem ao carácter contextual da competência social (*situation-specific*) recorrendo a mais do que um informante, com apenas um momento de recolha de dados e desenho transversal ou com um seguimento longitudinal, e integram medidas específicas de avaliação do funcionamento social. Na busca da compreensão dos processos responsáveis pela heterogeneidade da competência social entre crianças e adolescentes adotados, os estudos pesquisam os correlatos e preditores da competência social (e.g., Costa et al., 2024¹⁰; DePasquale & Gunnar, 2020; DePasquale et al., 2020; Pitula et al., 2019; Soares et al., 2019¹¹, 2023¹²), mas também exploram o papel que as habilidades sociais desempenham na mediação ou moderação da relação entre outras variáveis desenvolvimentalmente relevantes (e.g., Soares et al., 2017). Na apresentação que será feita destes estudos, daremos particular atenção à produção científica do nosso grupo de investigação (Costa et al., 2024; Soares et al., 2017, 2019, 2023).

Os estudos de Tan e Camras (2011) e de Barcons et al. (2012) podem ser apontados como estudos iniciais da terceira tendência de investigação, na medida em que ambos exploram os fatores preditores da competência social em adotados. Recorrendo às próprias crianças como informantes, Barcons et al. (2012) verificaram, numa amostra de crianças adotadas internacionalmente em Espanha, que o padrão de vinculação insegura, a idade mais tardia de adoção e a origem num país da Europa de Leste eram preditores significativos das dificuldades reconhecidas pelas crianças nas relações com os pais e com os pares. Por sua vez, Tan e Camras (2011) mostram a relevância de considerar mais do que um informante na avaliação do comportamento social, verificando que as habilidades sociais de crianças e adolescentes chineses adotados internacionalmente, reportadas pelos pais em casa, e pelos professores na escola, são preditas por diferentes indicadores de adversidade prévia à adoção. O indicador, que os autores designam “sinais e sintomas” no momento da integração da criança (e.g., cicatrizes) foi preditor das habilidades sociais, segundo os professores,

¹⁰ Estudo que integrou a tese de Doutoramento em Psicologia do primeiro autor, Isabel Sofia Costa, a qual foi desenvolvida no âmbito do projeto *Dinâmicas Familiares em Adoção, Desenvolvimento e Ajustamento Psicológico, Risco e Proteção* (2011-2020), objeto de análise adiante nesta lição.

¹¹ Estudo que integrou a tese de Doutoramento em Psicologia do primeiro autor, Joana Soares, a qual foi desenvolvida no âmbito do projeto *Dinâmicas Familiares em Adoção, Desenvolvimento e Ajustamento Psicológico, Risco e Proteção* (2011-2020), adiante apresentado nesta lição.

¹² Estudo realizado pós-doutoramento do primeiro autor, Joana Soares, no âmbito do projeto *Dinâmicas Familiares em Adoção, Desenvolvimento e Ajustamento Psicológico, Risco e Proteção* (2011-2020), e que será apresentado adiante nesta lição.

mas não segundo os pais; os indicadores designados “atraso desenvolvimental no momento da chegada” e “rejeição/evitamento nos contatos iniciais com os pais” revelaram-se preditores das habilidades sociais reportadas pelos pais, mas não pelos professores. Reconhecendo que a avaliação do comportamento social de crianças feita por pais e professores, se apoia em diferentes situações e decorre em contextos com características próprias (família e vizinhança *versus* escola), os estudos de terceira tendência assentam numa abordagem multiinformante, recorrendo a pais, professores e observadores treinados (Pitula et al., 2019). Os trabalhos produzidos no nosso grupo incluem como informantes, pais e mães (Soares et al., 2019, 2023), pais, mães, professores e a própria criança (Soares et al., 2024a, 2024b¹³).

Para além da abordagem multiinformante, os estudos de terceira tendência também enfatizam a necessidade de recorrer a medidas específicas e desenvolvimentalmente ajustadas de avaliação da competência social, recorrendo a inventários e grelhas de observação de comportamentos de interação com pares (DePasquale & Gunnar, 2020; DePasquale et al., 2020; Pitula et al., 2019), a questionários de habilidades sociais (Costa et al., 2024; Soares et al., 2019, 2023, 2024, 2024b), a medidas de relação com pares e adaptação à escola de adolescentes, através de entrevista a pais (Costa et al., 2024).

Os estudos liderados por M. Gunnar nos EUA, embora de âmbito mais abrangente e incluindo investigação em contexto laboratorial, aportam evidência científica muito relevante ao conhecimento sobre o desenvolvimento da competência social de crianças e adolescentes adotados (DePasquale & Gunnar, 2020; DePasquale et al., 2020; Pitula et al., 2019). As dificuldades de relação com pares, os comportamentos de sociabilidade indiscriminada e o funcionamento social global de crianças e adolescentes adotados após institucionalização, foram estudados recorrendo a múltiplos métodos e a múltiplos informantes, com objetivo de explorar os efeitos diretos e indiretos de fatores pré e pós-adoção na competência social de adotados. Um contributo essencial desta linha de investigação foi a evidência de um efeito em cascata desenvolvimental desde a exposição à institucionalização a uma redução da atividade adrenocortical, a aumento de comportamentos de sociabilidade indiscriminada, conduzindo a baixa competência social em adotados em idade pré-escolar (menos habilidades sociais e regulação comportamental e mais agressão e vitimização; DePasquale et al., 2020).

¹³ Estudos realizados pós-doutoramento do primeiro autor, Joana Soares, no âmbito do projeto *Dinâmicas Familiares em Adoção, Desenvolvimento e Ajustamento Psicológico, Risco e Proteção* (2011-2020), que se encontram em processo de re-submissão.

Outros resultados relevantes desta investigação apontam, por um lado, o efeito mediador da baixa produção de cortisol e dos sintomas de hiperatividade e déficit de atenção, na relação entre as experiências de privação vividas em instituição e as dificuldades na relação com pares, após a adoção (Pitula et al., 2019). Por outro lado, esta relação é moderada pela qualidade da parentalidade (Pitula et al., 2019). As alterações no sistema de resposta ao stress, já antes identificadas em crianças com passado de institucionalização, revelaram-se neste estudo associadas à manifestação de sintomas de déficit de atenção e hiperatividade, que por sua vez predizem as dificuldades na relação com pares. Contudo, a negligência institucional apenas se revelou preditor dos problemas na relação com pares em crianças que não usufruíam de uma parentalidade responsiva. Pelo contrário, nas crianças cujos pais se mostraram cuidadores responsivos e sensíveis, as experiências de privação/institucionalização não se revelaram preditores de problemas na relação com pares (Pitula et al., 2019). A relevância da qualidade da parentalidade adotiva no desenvolvimento da competência social de adotados foi posta em evidência na medida em que a parentalidade estimulante, responsiva e sensível atuou como fator promotor de melhores relações com pares. Adicionalmente, a investigação demonstrou que dificuldades nas interações com pares, evidenciadas por crianças adotadas de idade escolar, podem refletir déficits em ajustar quer os seus comportamentos. quer a manifestação de afetos, aos comportamentos e afetos da outra criança com quem estão a interagir. Este desajustamento nas interações com pares pode dar origem a uma dinâmica relacional negativa que tenderá a perpetuar-se, tornando mais difícil às crianças com passado de institucionalização, mesmo adotadas, de desenvolver comportamentos socialmente adequados e construir amizades (DePasquale & Gunnar, 2020).

Os resultados destes estudos do grupo de M. Gunnar (DePasquale & Gunnar, 2020; DePasquale et al., 2020; Pitula et al., 2019) são particularmente interessantes por duas razões. Por um lado, apesar de obtidos em contexto laboratorial e, por conseguinte, deverem ser generalizados com cautela, apontam a necessidade de estudar a competência social da criança adotada não unicamente a partir da observação do seu repertório de habilidades sociais, mas em contexto de interação, no qual um comportamento é considerado adequado não isoladamente, mas no âmbito da dinâmica interativa/relacional. Por outro lado, numa perspetiva desenvolvimental, estes resultados fornecem informações muito relevantes sobre o peso diferente dos fatores distais (adversidade prévia à adoção) e dos fatores mais próximos no tempo (estimulação após a adoção), confirmando a tendência já mencionada em vários estudos, que indicam que à medida que o tempo passa, e assumindo uma adequada descontinuidade entre adversidade prévia e proteção posterior, os fatores do passado

vão perdendo protagonismo em relação aos posteriores (Wretham & Woolgar, 2017). Se nos primeiros anos de vida da criança adotada, as influências pós-adoção mais relevantes procedem dos pais e do contexto familiar, nos anos posteriores, as influências extrafamiliares, como as que sucedem no contexto escolar, vão adquirindo importância crescente. No estudo atrás referido (Cáceres et al, 2024) as experiências em contexto escolar afetam não apenas a competência social de adolescentes adotados, mas também têm impacto no seu bem-estar pessoal, dados os efeitos negativos das experiências de vitimização pelos pares nos comportamentos internalizados dos adotados. Mais adiante, retornaremos à discussão sobre o peso das influências distais e próximas no desenvolvimento.

A investigação internacional conduzida sobre a competência social de crianças adotadas tem recorrido preferencialmente a amostras de crianças adotadas internacionalmente, da Europa de Leste (e.g., Barcons et al., 2012; Pitula et al., 2019), Ásia (e.g., DePasquale et al., 2020; Tan & Camras, 2011), África e América latina (e.g., DePasquale & Gunnar, 2020; DePasquale et al., 2020) dado o número elevado de crianças provenientes destas regiões do globo em países onde a investigação em adoção tem sido particularmente rica (e.g., Espanha, Estados Unidos da América). A investigação sobre a competência social em adotados incluindo amostras de crianças adotadas nacionalmente é mais escassa. Portugal, sendo um país onde a adoção integra quase exclusivamente crianças provenientes do sistema de promoção e proteção, encontra-se em posição privilegiada para estudar o desenvolvimento da competência social em adotados nacionalmente. No âmbito do nosso projeto de investigação *Dinâmicas Familiares em Adoção, Desenvolvimento e Ajustamento Psicológico, Risco e Proteção*, foram explorados correlatos da competência social em crianças adotadas (Costa et al., 2024; Soares et al., 2017, 2024a), os efeitos diretos e indiretos de variáveis da criança (temperamento, experiências de adversidade previa à adoção), e dos pais (respostas parentais às emoções negativas dos filhos) na predição das habilidades sociais da criança adotada (Soares et al., 2019, 2023).

Alinhado com investigação recente na área da adoção que aborda como é a vivência de ser adotado (e.g., Brodzinsky et al., 2022), o nosso projeto sobre as *Dinâmicas Familiares em Adoção, Desenvolvimento e Ajustamento Psicológico, Risco e Proteção* explorou a relação entre a competência social de crianças e adolescentes adotados, nacionalmente, e a experiência de adoção vivida por pais e filhos (Costa et al., 2024; Soares et al., 2017). No estudo de Costa et al. (2024) verificamos que em famílias adotivas cujos pais reportaram estar a viver uma experiência mais gratificante e de maior realização pessoal com a adoção, os filhos adolescentes evidenciavam um

reportório maior de habilidades sociais, mais capacidade de estabelecer relações positivas com pares e maior facilidade de adaptação ao contexto escolar (gerindo bem as relações com adultos e pares que a escola exige). Apesar dos desafios que a adolescência representa na arena social, estes adolescentes adotados exibem bons níveis de competência social e parecem não só contribuir para uma experiência de adoção mais gratificante dos pais, como também aparentam beneficiar de ambientes familiares mais positivos relativamente à adoção. Contudo, neste estudo (Costa et al., 2024), ao contrário das nossas expectativas, as habilidades sociais dos adolescentes adotados não se revelaram preditores da experiência de adoção mais gratificante dos adotantes, a qual foi predita pela boa adaptação escolar e relações positivas com pares. A exploração dos efeitos diretos e indiretos dos diferentes indicadores de competência social dos adolescentes adotados na experiência de adoção mais gratificante dos adotantes, revelou, no entanto, que a adaptação escolar dos filhos adotados medeia a relação entre as habilidades sociais e a experiência de adoção mais gratificante dos pais, evidenciando a importância crescente das experiências extrafamiliares, na adolescência, no bem estar e ajustamento de pais e filhos por adoção (Costa et al., 2024).

A ligação entre as habilidades sociais de crianças adotadas e a experiência de adoção também foi explorada, no âmbito do nosso projeto, junto de crianças. No estudo de Soares et al. (2017) mostrámos que a experiência de “ser uma criança adotada na escola” era predita pelo grau em que o estatuto de adotado era conhecido na escola frequentada, pela perceção que a criança tem da reação dos pares à sua condição de adotada e pelo repertório de habilidades sociais. Para além disso em situações em que a criança percecionou uma reação negativa de discriminação, na escola, ao seu estatuto de adotada, as habilidades sociais moderaram o impacto da revelação da sua condição de adotada nos sentimentos negativos que a criança expressa relativamente à sua experiência de adotado, pondo de manifesto que o desenvolvimento da competência social em crianças e adolescentes adotados é não apenas afetado por variáveis individuais e interpessoais, mas também afeta outras áreas de funcionamento da pessoa “tocada” pela adoção.

Uma outra questão de investigação relevante para a compreensão do desenvolvimento da competência social em adotados, estudada no contexto do nosso grupo de investigação, diz respeito à já mencionada interação entre a influência de fatores proximais e distais sobre as habilidades sociais de crianças portuguesas adotadas, provenientes do sistema de promoção e proteção (Soares et al., 2019). Os resultados mostraram que a negligência a que as crianças tinham sido expostas na

família biológica era preditor de um reduzido repertório de habilidades sociais cinco anos e meio, em média, após a adoção. Por outro lado, os comportamentos parentais de socialização das emoções, nomeadamente as reações às emoções negativas dos filhos, revelaram-se um forte preditor (suplantando o impacto da adversidade precoce) das habilidades sociais das crianças adotadas. O tempo de adoção e as respostas de não apoio (minimização, punição e aborrecimento) dos pais às emoções negativas dos filhos revelaram-se moderadores da relação entre a negligência precoce na família biológica e as habilidades sociais das crianças adotadas. De facto, os dados mostraram uma relação estatisticamente significativa entre a negligência precoce e as habilidades sociais das crianças adotadas, mas esta relação revelou-se condicionada pelo tempo de adoção e pela qualidade da parentalidade em termos de socialização de emoções. Em crianças com menos de 8 anos de tempo de adoção, a negligência prévia estava significativa e negativamente relacionada com as habilidades sociais dos adotados, mas apenas quando as respostas dos pais de não apoio às emoções dos filhos estavam acima da média. Em crianças com maior tempo de adoção, ou seja, que estavam adotadas há mais de 8 anos, o efeito negativo da negligência prévia à adoção nas habilidades sociais das crianças era exacerbado pelas reações de não apoio dos pais. Os resultados deste estudo são consistentes com um modelo de duplo risco ou modelo transacional de risco (Cicchetti & Valentino, 2006; Sameroff, 1983) mostrando o efeito cumulativo sobre a competência social, da negligência precoce e da parentalidade não facilitadora da expressão emocional. São dados coerentes com a investigação desenvolvimental, mencionada anteriormente, sobre a influência respetiva do passado e do presente, mas contribuem de forma significativa para qualificar sua relevância em função da presença (ou ausência) de variáveis mediadoras que façam a diferença. A influência do passado não enfraquece apenas com o passar do tempo, mas sim com a presença de fatores de mudança significativos e mantidos ao longo do tempo.

No estudo que acaba de ser citado, as reações dos pais às emoções de não apoio dos filhos foram analisadas considerando as pontuações médias de pais e mães (Soares et al., 2019). Noutro dos nossos estudos com a mesma amostra, foi aprofundada a análise das diferenças entre mães e pais, nas respostas às emoções de negativas dos filhos (Soares, 2019¹⁴). Daqui emergiu novo estudo onde analisámos a relação entre as habilidades sociais de crianças adotadas e as respostas de apoio e de

¹⁴ Tese de Doutoramento em Psicologia de Joana Soares, com o título “Preditores Individuais, Familiares e Extrafamiliares da Competência Social em Crianças Adotadas: Um Estudo Multi- Informantes”, realizada com Bolsa de Doutoramento (SFRH/BD/77316/2011), no âmbito do projeto Dinâmicas Familiares em Adoção, Desenvolvimento e Ajustamento Psicológico, Risco e Proteção (2011-2020).

não-apoio de mães e pais às reações negativas dos filhos, explorando o papel mediador dessa relação desempenhado pelo temperamento da criança (Soares et al., 2023). Recorrendo a um modelo de análises diádicas que permite considerar cada variável, simultaneamente, a nível individual (mãe versus pai) e da díade (mãe e pai em conjunto), confirmámos que mães e pais desempenham papéis diferentes na socialização das emoções dos filhos. Os resultados também evidenciaram que as respostas de não apoio dos pais (mas não das mães) ativavam a reatividade negativa do temperamento da criança adotada, conduzindo a um repertório mais pobre de habilidades sociais. Um contributo desde logo importante é a evidência da necessidade de ser dada mais atenção à investigação do papel do pai na parentalidade da criança adotada.

Em Soares et al. (2023), mostrámos que o temperamento da criança adotada, nomeadamente a reatividade negativa, tem um efeito direto negativo nas habilidades sociais (quanto mais reatividade negativa, menos habilidades sociais), e que é mediador da relação entre respostas de não-apoio dos pais (mas não das mães) às emoções negativas dos filhos/as, e as habilidades sociais dos filhos/as (quanto mais respostas dos pais de minimização, punição ou aborrecimento face às emoções negativas dos filhos/as, mais reatividade negativa nestes e menos habilidades sociais). Este resultado é particularmente interessante na análise do impacto diferencial de pais e mães sobre a competência social da criança adotada. Previamente, usando uma medida de resposta parental às emoções negativas dos filhos média entre as pontuações de mães e pais, tínhamos identificado o efeito moderador destas respostas, exacerbando o efeito da negligência precoce nas habilidades sociais da criança (Soares et al., 2019). A distinção entre as respostas parentais de mães e pais permitiu ir mais longe na compreensão dos efeitos diretos e indiretos sobre as habilidades sociais da criança adotada.

Além disso, este estudo (Soares et al., 2023), no qual recorremos a uma metodologia de análise de dados inovadora na investigação em adoção, marca um contributo importante para a compreensão dos processos que explicam o desenvolvimento da competência social em adotados, mostrando a interação entre as influências de variáveis individuais da criança e variáveis do ambiente e fornecendo evidência a um modelo de suscetibilidade diferencial (Belsky & van IJzendoorn, 2017) no desenvolvimento da competência social (Soares et al., 2023). Ficou demonstrado que algumas crianças, pelas suas características de temperamento, são mais sensíveis a influências negativas do ambiente, como as respostas de não-apoio dos pais face à expressão de emoções negativas, e que da interação destas duas influências resulta o comprometimento do desenvolvimento de habilidades sociais. As diferenças individuais,

frequentemente esquecidas na investigação desenvolvimental, são claramente evidenciadas, mesmo que ainda sejam estudadas de forma limitada.

Finalmente, impõe-se uma reflexão sobre outro contributo do estudo *Dinâmicas Familiares em Adoção, Desenvolvimento e Ajustamento Psicológico, Risco e Proteção* com pertinência para esta discussão. Ao reportar os contributos da investigação liderada por M. Gunnar (e.g., DePasquale et al., 2020) foi salientado um efeito de cascata desenvolvimental de fatores pré- e pós-adoção sobre a competência social de adotados. Em Costa et al. (2024) identificámos também um efeito cascata, mas em diferente direção. Verificámos que a competência social de adolescentes adotados, a sua integração social e escolar, tinham impacto na qualidade da experiência de adoção dos pais, acrescentando um efeito *upstream* complementar ao efeito *downstream*, habitualmente considerado. Na mesma linha, o estudo longitudinal conduzido na Alemanha (Bovenschen et al., 2023), também reportou evidência desta perspetiva transacional em que a forma como os filhos/as adotados/as se comportam e se desenvolvem afeta de forma significativa o comportamento e bem-estar dos seus pais.

Os resultados dos estudos desta terceira tendência são de maior complexidade e permitem uma compreensão mais profunda dos processos envolvidos. As principais conclusões mostram que a trajetória para a competência social dos adotados inclui a interação entre fatores proximais (Pitula et al., 2019; Soares et al., 2023) e distais (DePasquale et al., 2020; Pitula et al. 2019; Soares et al., 2019; Tan & Camras, 2011), de efeitos diretos e indiretos das características individuais dos adotados (Barcóns et al., 2012; Soares et al., 2023), da negligência precoce e privação de experiências positivas (DePasquale et al., 2020; Pitula et al. 2019; Soares et al., 2019; Tan & Camras, 2011) e da qualidade das experiências pós-adoção, das relações na família, na escola e no grupo de pares (Costa et al., 2024; Pitula et al., 2019; Soares et al., 2023). Adicionalmente, os estudos mostraram a relevância de serem consideradas as necessidades e os desafios do funcionamento social específico das diferentes faixas etárias e estádios de desenvolvimento. Acrescentam, ainda, a evidência de processos de efeitos em cascata na explicação do processo de desenvolvimento da competência social em adotados, cascata que parece circular *downstream* e *upstream* (Costa et al., 2024, DePasquale et al., 2020).

Embora estes estudos de terceira tendência tenham contribuído fortemente para o conhecimento acerca dos processos e das diferenças individuais no desenvolvimento da competência social de crianças e adolescentes adotados, algumas questões essenciais permanecem ainda sem resposta. Por um lado, a dimensão das amostras

utilizadas limitou análises multinível e a possibilidade de detetar efeitos menores. Por outro lado, resultados muito relevantes obtidos em estudos laboratoriais (DePasquale & Gunnar, 2020) exigem alguma cautela quando transpostos para contextos naturais. Finalmente, dificuldades metodológicas já observadas em tendências anteriores, como a tomada em consideração de modo mais rigoroso e detalhado da adversidade precoce ou a análise em profundidade das diferenças interindividuais, são mantidas nesta terceira tendência e permanecem como desafios para linhas futuras de investigação.

4. Conclusões

Nesta lição, procurou-se proceder à revisão de investigação sobre a competência social em crianças e adolescentes adotados. Procurou-se também mostrar como o recurso a um *adoption design* proporciona evidência relevante sobre questões essenciais de desenvolvimento humano. A investigação sobre a competência social de crianças e adolescentes adotados evoluiu da comparação simples entre adotados e não-adotados, para a descrição do processo de desenvolvimento de aspetos essenciais do funcionamento social, reconhecendo a descontinuidade entre as experiências e o desenvolvimento prévio e após a adoção. A análise aprofundada da interação entre os múltiplos fatores que influenciam este processo de desenvolvimento atípico, contribui para a compreensão da mudança evolutiva normativa, identificando o impacto das transições desenvolvimentais nestas trajetórias e trazendo contributos para algumas questões desenvolvimentais mais gerais.

Sem pretender repetir as conclusões essenciais que foram sendo retiradas na análise dos estudos de primeira, segunda e terceira tendências na investigação sobre a competência social de adotados, a evidência científica disponível permite-nos, atualmente, afirmar que a maior parte das crianças adotadas tem um funcionamento social adequado, significativamente melhor que a dos seus pares que, não tendo vivido esta transição, crescem em acolhimento residencial. Contudo, e apesar de a maior parte dos adotados se encontrar entre valores normativos, algumas crianças adotadas apresentam indicadores muito baixos de competência social, isto é, manifestam poucos comportamentos socialmente adequados (poucas habilidades sociais) e são rejeitados ou negligenciados pelos pares, tendo apenas um ou nenhum amigo. Acresce que estes déficits manifestados na infância se acentuam na transição para a adolescência, o que coloca os adolescentes com esta história de vida em situação de maior vulnerabilidade, pois as experiências positivas com pares, a entrada e gestão no grupo de iguais

assumem maior relevância nesta faixa etária, contribuindo a rejeição dos pares e o isolamento, para situações preocupantes de desajustamento psicológico.

A análise de estudos das diferentes tendências sobre a competência social em adotados, também evidenciou que desenhos de investigação mais simples, como comparação de médias de grupos na primeira tendência, produzem resultados que puderam ser explorados em estudos de segunda e terceira tendência, cujos desenhos incorporam uma perspectiva claramente desenvolvimental e de pesquisa de fatores e processos subjacentes às diferenças individuais, permitindo desenredar as múltiplas influências, que, com frequência, agem em interação. Assim, a revisão da investigação realizada permite, atualmente, afirmar que no desenvolvimento da competência social, o efeito de fatores distais prévios à adoção é moderado por fatores proximais pós-adoção e que as influências relativas a características individuais da criança adotada medeiam a influência de características do ambiente.

A investigação foi mostrando a relevância do estudo da competência social em contexto e com recurso a múltiplos informantes. Verificou-se que não só o acordo entre diferentes informantes era maior relativamente às crianças do que aos adolescentes, como a perspectiva de cada informante é determinada pelas características do contexto, permitindo atualmente afirmar o caráter contextual e interativo/relacional da competência social. Um comportamento socialmente adequado e valorizado num contexto pode ser avaliado negativamente noutra cenário social com outras características e exigências. Por exemplo, a tomada de iniciativas e assertividade valorizada pelos pais em casa, pode ser vista como comportamento disruptivo pelo professor em sala de aula; o ajustamento às normas e conformismo valorizados pelo professor na escola pode colocar o adolescente em risco se integrado em grupo de pares com características e comportamentos desviantes. O reconhecimento da importância do contexto no estudo da competência social, alerta para os limites dos estudos em laboratório, cujas conclusões por muito ricas que sejam, exigem muita cautela na generalização em contexto natural e reforçam a importância da validade ecológica da investigação.

Finalmente, sublinha-se o espaço reduzido que as questões de género têm ocupado na investigação sobre competência social em adotados. Se por um lado, alguns estudos apontaram as crianças do sexo feminino como mais socialmente competentes que os seus pares masculinos, outros estudos não exploraram sequer as questões de género ou não encontraram quaisquer diferenças. Por outro lado, a exploração de diferenças entre pais e mães é também um tópico sub-estudado, tendo-

se, inicialmente, limitado à comparação entre informantes sobre habilidades sociais dos filhos e mais recentemente analisado o papel diferencial de pais e mães na parentalidade adotiva. Por conseguinte, afigura-se como necessária, investigação mais sensível às diferenças de gênero, tanto de pais como de filhos e na interação pais-filhos.

Como já referido, a investigação em adoção tem não apenas interesse em si mesma, pela evidência que produz acerca do desenvolvimento da pessoa adotada, mas é particularmente relevante pelo conhecimento científico que fornece acerca do desenvolvimento humano. A adoção como desenho de investigação proporciona condições privilegiadas para responder a grandes questões do desenvolvimento humano, questões tão antigas como o peso relativo de fatores biológicos e fatores ambientais no desenvolvimento, ou questões mais recentes como a existência de períodos críticos e de períodos sensíveis para aquisições particulares.

A investigação revista apoia o modelo de duplo risco (Cicchetti & Valentino, 2006; Sameroff, 1983), em que fatores e efeitos negativos se sobrepõem resultando num risco cumulativo, mas também se alinha num modelo de suscetibilidade diferencial (Belsky & van IJzendoorn, 2017), mostrando que algumas, não todas, as crianças adotadas, pelas suas características individuais, são não apenas mais sensíveis a certas influências negativas do ambiente, mas também reagem de modo mais intenso e positivo quando expostas a influências ambientais favoráveis. Acresce que a investigação revista também reportou evidência de processos de cascata desenvolvimental (Masten & Cicchetti, 2010) no desenvolvimento da competência social em adotados, ilustrando que há efeitos que se propagam através de reações em cadeia e de diferentes sistemas. Por exemplo, a exposição a experiências adversas conduzindo à diminuição de atividade adrenocortical, ao aumento de comportamentos de sociabilidade indiscriminada, à reduzida manifestação de habilidades sociais, à menor regulação comportamental e maior agressão e vitimização, em adotados em idade pré-escolar.

No que diz respeito à existência de períodos críticos no desenvolvimento, a partir dos quais a recuperação do impacto negativo de experiências adversas já não seria possível, a evidência científica sobre competência social de adotados não é absolutamente concordante. O estudo ERA (e.g., Sonuga-Barke et al., 2017) e Julian e McCall (2016) propõem a existência de um período crítico na primeira infância, enquanto a demais investigação se orienta em direção distinta ou para a eventual existência de períodos sensíveis, nos quais o desenvolvimento pode ser diferencialmente afetado pelas influências ambientais, mas não de modo irreversível e não da mesma maneira em todos os indivíduos. A investigação em adoção, proporcionando o estudo de

trajetórias desenvolvimentais caracterizadas por uma descontinuidade radical nas influências ambientais, ocorrendo em momentos e circunstâncias diferentes em diferentes adotados, pode contribuir com evidência essencial à compreensão dos efeitos das experiências nos mecanismos neurobiológicos cerebrais. Esta evidência conduz à compreensão de período sensível não diretamente associado a uma idade, mas como janela de desenvolvimento em que o cérebro está preparado para neurobiologicamente codificar experiências ambientais específicas e previsíveis, distinguindo, claramente, período sensível de período crítico (Gabard-Durnam & McLaughlin, 2020; Nelson et al., 2019; van IJzendoorn et al., 2020). Especificamente, no que diz respeito ao desenvolvimento da competência social, a evidência científica disponível, dá resposta a algumas destas questões, mas outras permanecem e requerem evidência científica adicional.

5. Linhas futuras da investigação

Em primeiro lugar, impõe-se referir que, tal como se foi ilustrando, a investigação tem-se focado essencialmente em crianças e adolescentes, sendo o conhecimento científico sobre a competência social de adultos emergentes ou na adultez ainda muito incipiente. O estudo de Cashen e Grotevant (2019), que faz parte do terceiro momento de recolha de dados do *Minnesota Texas Adoption Research Project* (MTARP; Grotevant et al., 2013), analisa a competência relacional de adultos emergentes, encarada como a competência para se envolver em relações de intimidade/proximidade relacional, independentemente do tipo de relação, romântica ou não. Trata-se de um conceito-chave para o progresso da investigação da competência social em adultos adotados, na medida em que abre novas questões ao estudar como os adultos adotados estabelecem e mantêm relações com a família, com os pares, os colegas de trabalho, os amigos e os parceiros românticos. Se os estudos sobre crianças e adolescentes adotados incidiram nos contextos família e escola e alguns em contexto laboratorial, a investigação com adultos requer inovação, exigindo um avanço metodológico e conceptual ajustado às necessidades e experiências relacionais dos adultos. Este estudo (Cashen & Grotevant, 2019) mostra também a relevância de considerar as trajetórias de desenvolvimento da infância à idade adulta, com desenhos metodológicos que nos diferentes momentos de recolha de dados permitam pôr em relação influências sobre o desenvolvimento que, nalguns casos são mais imediatas, mas que noutras situações procedem da própria história evolutiva.

O seguimento longitudinal até à idade adulta de amostras já estudadas na infância e adolescência afigura-se, portanto, como um progresso essencial na investigação em adoção, na medida que vai permitir acompanhar trajetórias desenvolvimentais, perceber o impacto das transições ecológicas e desenvolvimentais, analisar a interação de influências biológicas e ambientais, distais e proximais, num maior intervalo de tempo projetando efeitos a curto, médio e longo prazo. Neste registo, os efeitos retardados ou adormecidos (*sleeper effect*) que alguns estudos já identificaram, poderão ser estudados de modo aprofundado, ultrapassando a ligeireza/simplicidade com que, por vezes, na investigação, têm sido usados para explicar um efeito desenvolvimental que apenas se manifesta mais tarde no percurso, e que cujo elemento que o desencadeou se atribui a uma fase precoce, não havendo realmente um suporte empírico claro. De facto, no estudo da competência social em adolescentes adotados, as dificuldades acrescidas que emergem nesse momento do desenvolvimento, têm sido atribuídas a um efeito adormecido da adversidade precoce, acordado pela complexidade das interações e relações com os pares típicas da adolescência. Contudo, outros desafios próprios da adoção se exacerbam neste estágio de desenvolvimento, como por exemplo as experiências fora do âmbito da família (Cáceres et al., 2024) e todas as questões relacionadas com as origens, o *coping* com as perdas do passado, e a necessidade de construir uma narrativa autobiográfica flexível, coesa, consistente/coerente, promotora de uma identidade adotiva integrada e saudável (Grotevant et al., 2017). É pois necessária investigação que permita compreender se os efeitos observados na competência social resultam de experiências distais, adormecidas durante anos, ou se estão relacionados com outros processos desenvolvimentais *ex novo*.

É nesta linha de investigação de *follow-up* que surgiu o projeto AdoPt – Follow-up em Pós-Adoção, já atrás mencionado, cujo principal objetivo é a validação de um sistema online de monitorização de famílias em pós-adoção. Pretende-se obter evidência científica sobre as capacidades, dificuldades e necessidades de famílias adotivas ao longo do processo de pós-adoção de modo a fundamentar a criação de serviços e recursos comunitários especializados na resposta a estas necessidades pós-adotivas, atualmente inexistentes em Portugal. Adicionalmente pretende-se identificar trajetórias de desenvolvimento de crianças e adolescentes adotadas com idade entre 2 e 23 anos, relativas a aquisições essenciais como a competência socio-emocional, o funcionamento executivo e vinculação, autorregulação e gestão de relações com pares. Procura-se ainda identificar a emergência e frequência de problemas de comportamento nas crianças e adolescentes, sinais de internalização, externalização, hiperatividade e

déficit de atenção, bem como alterações de conduta graves (como automutilação ou tentativas de suicídio). Variáveis relativas ao passado, experiências de adversidade precoce, acolhimento, perdas e separações de figuras significativas, para além de variáveis relativas ao rendimento e adaptação escolar das crianças e adolescentes são também consideradas. Acresce que como variáveis relativas aos pais, o projeto contempla os comportamentos parentais de segurança, responsividade e funcionamento reflexivo, a aceitação parental, o stress, as dificuldades e os recursos e apoios disponíveis, bem como aspetos de coparentalidade (quando aplicável) e indicadores de saúde mental (nomeadamente, uma medida de depressão), para além de variáveis relativas ao próprio projeto de adoção, como os motivos para a adotar e as expectativas relativas à adoção.

Considerando que a duração do projeto era de apenas três anos, e a fim de potenciar as oportunidades de análise do processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes adotados, optamos por utilizar um desenho sequencial em vez de um desenho longitudinal. Pretendeu-se que participassem no estudo três coortes de 90 crianças, adotadas em diferentes anos (2013, 2016 e 2019), pertencentes a diferentes grupos de crianças em função da idade de adoção (adotadas nos dois primeiros anos de vida, entre três e cinco anos, com seis ou mais anos), num total de 270 crianças. São também participantes os profissionais de adoção dos diferentes serviços de adoção a nível nacional, junto dos quais se pretende identificar as estratégias que usam, recursos de que dispõem e dificuldades com que se confrontam quando lhes é requerida intervenção em pós-adoção. O desenho do estudo envolve três momentos de recolha de dados online, junto dos adotantes, e um momento de recolha de dados presencial no domicílio de uma subamostra de 90 famílias, com recolha de dados junto dos pais e dos filhos. Relativamente aos profissionais de adoção, o desenho do projeto prevê apenas um momento de recolha de dados.

A recolha de dados online assenta essencialmente em questionários respondidos pelos pais adotivos, enquanto em casa são também recolhidos dados qualitativos provenientes de entrevista aos pais e aos filhos (crianças com mais de 8 anos e adolescentes). A multiplicidade de variáveis previstas no projeto, relativas quer ao passado, quer aos diferentes momentos de recolha ao longo de três anos, bem como a dimensão da amostra, permitirá o recurso a análises multivariadas e multinível, assegurando efeitos de tamanho médio e possibilitando não apenas explorar modelos explicativos da heterogeneidade de trajetórias de desenvolvimento, mas também construir e validar um indicador de estabilidade-instabilidade na pós-adoção. Um grande

desafio do projeto AdoPt é assegurar uma baixa taxa de atrito ao longo dos diferentes momentos de recolha. Como estratégias implementadas com objetivo de manter os participantes ligados ao estudo, tirando partido da plataforma online *myadopt* (www.myadopt.pt), contam-se a publicação na plataforma de conteúdos de apoio adequados às necessidades identificadas, quer nas famílias, quer nos profissionais, a prestação de apoio individual de famílias ou profissionais que o solicitem, a dinamização de grupos de pais e momentos de formação estruturada para profissionais¹⁵.

Pese embora, o primeiro momento de recolha de dados, online, do projeto AdoPt se encontre ainda em curso, alguns resultados preliminares confirmam que experiências distais (vivência de experiências adversas na infância, prévias à adoção) interagem com a experiências próximas pós-adoção (aceitação parental) na determinação da competência socioemocional de crianças e adolescentes adotados, sendo o domínio das habilidades de relação interpessoal o mais afetado por esta interação (Soares, Barroso et al., 2024; Vilhena, 2022). O recurso ao modelo da *Social Emotional Learning* (Aprendizagem Socio-Emocional; CASEL, 2022), sendo inovador na investigação em adoção permitirá acrescentar novos contributos à compreensão da competência social de crianças e adolescentes adotados.

Em suma, o projeto AdoPt, atualmente em curso, será fonte de importante evidência empírica sobre as trajetórias de desenvolvimento das famílias em pós-adoção, contribuindo para a compreensão aprofundada da heterogeneidade de processos e resultados desenvolvimentais, nomeadamente a nível da competência social de crianças e adolescentes adotados. Mas sobretudo, o AdoPt é, desde o primeiro momento, importante oportunidade de transferência de conhecimento científico e de aplicação prática na resposta às dificuldades e necessidades de intervenção profissional em pós-adoção.

6. Implicações para Práticas de Intervenção e Políticas de Proteção da Criança

A revisão de investigação apresentada nesta lição revelou a maturidade que o conhecimento científico sobre a competência social dos adotados já atingiu. É, pois,

¹⁵ Atualmente, estão disponíveis na plataforma 18 conteúdos para pais adotivos (oito panfletos e dez vídeos), dois guias técnicos e um *press release* para profissionais em adoção. A evidência científica já disponível neste projeto deu lugar a oito apresentações orais e três posters em Congressos, um *webinar* e um seminário de formação para profissionais, e seis dissertações de Mestrado em Psicologia. Estão em curso nove dissertações de Mestrado e três artigos científicos em preparação para submissão a publicação.

essencial que a abrangência e riqueza desta evidência científica possa ser vertida em ações que tenham impacto na melhoria do bem-estar, ajustamento psicológico e, em particular, na promoção de competência social de crianças e adolescentes adotados. Sem pretender ser exaustiva nessa reflexão, proponho analisar primeiro a evidência que informa sobre tomada de decisão e definição de políticas públicas na área da proteção, mais globais, para depois rever as aplicações dos resultados da investigação na prática profissional em adoção.

Um dado que ressaltou ao longo da revisão diz respeito ao impacto da idade de adoção. Com frequência, na investigação em adoção, a idade de adoção é usada como um *proxy* da adversidade prévia vivida pela criança, incluindo o tempo na família biológica onde viveu experiências que justificaram a sua retirada, o tempo em acolhimento, que, em Portugal, certamente decorreu em ambiente institucional, de cuidados coletivos, o número de transições, de separações e perdas que pautaram a história da criança. A investigação sobre a competência social de crianças e adolescentes adotados evidenciou maiores dificuldades em crianças tardiamente adotadas, mostrando que a permanência por períodos de tempo maiores em condições de instabilidade e em contextos que não respondem às necessidades de estabilidade da criança é fator que a coloca em desvantagem na aquisição de habilidades sociais, o que, por sua vez, se associa a dificuldades nas relações com os iguais, entrada e gestão no grupo de pares. Neste sentido, a investigação sobre competência social de crianças e adolescentes adotados fundamenta a recomendação da introdução de importantes mudanças nas políticas que orientam a tomada de decisão na proteção infantil e na definição de respostas de acolhimento.

Por um lado, revela-se necessário definir critérios e procedimentos que, quando é identificado que uma criança não tem outra possibilidade de crescer em família de modo permanente que não seja através da adoção, agilizem a colocação da criança junto de adotantes capazes de melhor responder às suas necessidades e características. A adoção, frequentemente considerada uma medida de “fim de linha” pelo carácter radical de mudança de filiação, demasiadas vezes surge mesmo no final uma sucessão de tentativas sucessivamente fracassadas que, em vez de contribuírem para a estabilidade da criança, reforçam a sua instabilidade e comprometem o seu desenvolvimento. A esta situação acresce a ainda atual organização do Sistema de Promoção e Proteção em Portugal, no qual mais de 90% das crianças em acolhimento se encontram colocadas em instituições. Urge, pois, implementar medidas que, de modo eficaz e determinado, proporcionem a emergência de respostas em acolhimento

familiar, que vão permitir que uma criança, que tem de ser temporariamente retirada do seu contexto familiar de origem, possa usufruir de experiências familiares positivas, tão essenciais ao desenvolvimento da competência social.

Para além destas implicações importantes em termos de políticas de proteção da criança, os resultados da investigação revista também inspiram reflexões em termos de recomendações para a intervenção profissional em adoção. Como se referiu, a investigação sobre competência social de crianças e adolescentes adotados desenrolou-se essencialmente em dois contextos – família e escola - recorrendo a duas fontes de informação essenciais – pais e professores. No que diz respeito ao contexto família, a investigação identificou comportamentos parentais que se revelaram promotores de um funcionamento social mais adaptativo. Pais responsivos, flexíveis, mas determinados na definição de limites, capazes de promover positivamente a socialização das emoções junto dos filhos e que criam ambientes familiares favoráveis a relacionamentos sociais positivos, promovem a competência social dos filhos, através da estimulação de habilidades básicas subjacentes à competência social. Por conseguinte, recomenda-se que a intervenção profissional em adoção, quer num momento inicial de preparação de candidatos à parentalidade adotiva, quer em acompanhamento pós-adoção, seja informada por estes dados de investigação.

No que diz respeito à investigação conduzida em contexto escolar, os resultados mostram como as características deste contexto o tornam um desafio para crianças, como as adotadas, com alguns déficits específicos no funcionamento social, ligados à sua história. Em particular, no caso dos adolescentes, a escola converte-se numa dificuldade acrescida pelo impacto do fracasso na tarefa desenvolvimental de entrada no grupo de iguais. Como se viu, os adolescentes adotados exibem taxas superiores de rejeição por parte dos pares e com mais frequência são adolescentes socialmente isolados, com apenas um ou nenhum amigo. Esta evidência fundamenta a necessidade de preparar a escola, a comunidade educativa e o professor, em particular, com ferramentas que facilitem a identificação de situações de discriminação, rejeição e isolamento para tentar evitá-las, que ajudem na prevenção das microagressões (Baden, 2016) que com frequência as crianças e adolescentes adotados são alvo, e promovam espaços e experiências facilitadores da aquisição de habilidades básicas de competência social.

Finalmente, estou convicta que o projeto AdoPt irá trazer novos contributos não apenas para a compreensão da adoção (incluindo a competência social das pessoas adotadas), mas, sobretudo, para as práticas profissionais na área da adoção, ou seja,

tanto para a investigação básica como para sua transferência para a comunidade. Com o projeto AdoPt, o nosso percurso de investigação sobre adoção, mais de 15 anos após o seu início, atinge um nível talvez mais maduro, embora, como psicóloga do desenvolvimento, eu saiba bem que a maturidade é mais um processo em contínua construção do que um estado fixo. Como todo trabalho académico, o projeto é tributário de toda a investigação anterior, quer a do nosso grupo, quer a da comunidade científica nacional e internacional. É também tributário do contexto social e académico em que o nosso trabalho se desenvolve na Universidade do Porto. Obviamente, é tributário também dos contributos de tantas pessoas adotadas, tantas famílias adotivas, tantos profissionais da adoção, sem os quais o nosso trabalho passado, presente e futuro não seria possível. É tributário, enfim, de um grupo de investigação cuja orientação me enriquece tanto quanto me compromete.

Referências

- Alfaiate, A. R. & Guerra, P. (coords.), Alfaiate, A. R., Leal, A. T., Fialho, A. J., Gracias, C., Lopes, D., Santos, E. C., Ribeiro, G. R., Teixeira, H., Pastor, I., Soares, J., Barbosa-Ducharne, M., Mendes, M. O., San-Bento, M. L., Guerra, P., Figueiredo, P. R., Reis, R. V., & Godinho, R., (2022). *Regime Jurídico do Processo de Adoção. Anotado*. Almedina. ISBN 978-989-40-0732-6
- Baden, A. (2016). Amanda L. Baden (2016) "Do You Know Your Real Parents?" and other adoption microaggressions, *Adoption Quarterly*, 19(1), 1-25, <https://doi.org/10.1080/10926755.2015.1026012>
- Barbosa-Ducharne, M. (2021, July 6–9) Adoptees' social competence from childhood to emergent adulthood. *ICAR7 – 7th International Conference on Adoption Research*, Milan, Italy. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.30819.07206>
- Barbosa-Ducharne, M., Campos, J., Leal, M., & Rodrigues, S. (2021) *Relatório Final de Avaliação da Qualidade do Acolhimento Residencial em Portugal*. Projeto EQAR – Estudo Nacional de Avaliação da Qualidade do Acolhimento Residencial. FPCEUP.
- Barbosa-Ducharne, M., & Marinho, S. (2019). Beyond the child's age at placement: Risk and protective factors in preadoption breakdown in Portugal. *Research on Social Work Practice*, 29, 143-152. <https://doi.org/10.1177/1049731518783855>
- Barbosa-Ducharne, M., & Soares, J. (2023). Residential care for children and youth in Portugal: A change as necessary as urgent. In J. K. Whittaker, L. Holmes, J. F. del Valle & S. James (Eds.): *Revitalizing residential care for children and youth*.

- Cross-national trends and challenges* (pp. 256-272). Oxford University Press. ISBN: 9780197644300. <https://doi.org/10.1093/oso/9780197644300.003.0018>
- Barbosa-Ducharme, M., Soares, J., Palacios, J., Baptista, J., Alves, D., Cruz, O., Abreu Lima, I., Canário, C., Magalhães, E. (2023). AdoPt - Adoptive families' strengths, difficulties, and service needs: A Portuguese follow-up study. <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/2K3MB>
- Barcons, N., Abrines, N., Brun, C., Sartini, C., Fumadó, V., & Marre, D. (2012). Social relationships in children from intercountry adoption. *Children and Youth Services Review*, 34(5), 955–961. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2012.01.028>
- Barroso, R., Barbosa-Ducharme, M., Coelho, V., Costa, I., & Silva, A. (2017). Psychological adjustment of adopted adolescents: A systematic review of research. *Child and Adolescence Social Work*, 34, 399-418. <https://doi.org/10.1007/s10560-016-0485-x> .
- Barroso, R., Barbosa-Ducharme, M., Cruz, O., & Silva, A. (2018). Social skills in adopted adolescents: A comparative study with non-adopted and in residential care adolescents. *Análise Psicológica*, 36(2), 185–197. <https://doi.org/10.14417/ap.1352>
- Belsky, J., & van IJzendoorn, M. H. (2017). Genetic differential susceptibility to the effects of parenting. *Current Opinion in Psychology*, 15, 125–130. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2017.02.021>
- Bimmel, N., Juffer, F., van IJzendoorn, M. H., & Bakermans-Kranenburg, M.J. (2003) Problem behavior of internationally adopted adolescents: Aa review and meta-analysis. *Harvard Review of Psychiatry* 11(2), 64-77. <https://doi.org/10.1080/10673220303955>.
- Bovenschen, I., Hornfeck, F., & Kappler, S. (2023). Relations between children's and parents' behavior in adoptive families – A longitudinal analysis. *Adoption Quarterly*, 26(4), 364–388. <https://doi.org/10.1080/10926755.2023.2198520>
- Brodzinsky, D.M. & Palacios, J. (2023). *The adopted child*. Cambridge University Press.
- Brodzinsky, D. M., Schechter, D. E., Braff, A. M., & Singer, L. M. (1984). Psychological and academic adjustment in adopted children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 52, 582-590. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.52.4.582>
- Brodzinsky, D., Gunnar, M., & Palacios, J. (2022). Adoption and trauma: Risks, recovery, and the lived experience of adoption. *Child Abuse & Neglect*, 130(Pt 2), 105309. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105309>
- Brodzinsky, D., & Smith, S. L. (2019). Understanding research, policy and practical issues in adoption instability. *Research on Social Work Practice*, 29(1), 185-194. <https://doi.org/10.1177/1049731518782647>

- Bukowski, W. B., Laursen, B., & Rubin, K. H. (2018). *Handbook of Peer Interactions, Relationships, and Groups* (2nd Ed). Guilford Press
- Cáceres, I., Moreno, C., Román, M., & Palacios, J. (2021). The social competence of internationally-adopted and institutionalized children throughout childhood: A comparative and longitudinal study. *Early Childhood Research Quarterly*, 57(4), 260–270. <https://doi.org/10.1016/j.ecresq.2021.07.002>
- Cáceres, I., Palacios, J., Ferrari, L., Ranieri, S., Rosnati, R., Miller, L.C., Theie, S., Carrera, P., de Montclos, M.P. & Román, M. (2024). School victimization and psychosocial adjustment among Eastern European adopted adolescents across Europe. *Child: Care, Health and Development*, 50(1), e13217. <https://doi.org/10.1111/cch.13217>
- Cáceres, I., Román, M., Moreno, C., Bukowski, W. M., & Palacios, J. (2021). Peer relationships during late childhood in internationally adopted and institutionalized children. *Social Development*, 30(1), 171-186. <https://doi.org/10.1111/sode.12467>
- Campos, J., Barbosa-Ducharne, M., & Dias, P. (2020). Psychological adjustment and language development of young children in residential care. *Análise Psicológica* 38(1), 75-86 <https://doi.org/10.14417/ap.1731>
- Campos, J., Barbosa-Ducharne, M., Dias, P., Rodrigues, S., Martins, A. C., & Leal, M. (2019). Emotional and behavioral problems and psychosocial skills in adolescents in residential care. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 36, 237-246. <https://doi.org/10.1007/s10560-018-0594-9>
- Canzi, E., Rosnati, R., Palacios, J., & Román, M. (2018). Internationally adopted children's cognitive and social-emotional development during the first post-adoption year: A longitudinal study. *European Journal of Developmental Psychology*, 15, 517-530. <https://doi.org/10.1080/17405629.2017.1316257>
- Caprin, C., Benedan, L., Ballarin, L., & Gallace, A. (2017). Social competence in Russian post-institutionalized children: A comparison of adopted and non-adopted children. *Children and Youth Services Review*, 75, 61–68. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2017.02.020>
- Carrera, P., Román, M., Cáceres, I., & Palacios, J. (2024). Internalizing problems in adopted Eastern European adolescents: The role of the informant, early adversity and post-adoption processes. *Psicothema*, 36(2), 103–112. <https://doi.org/10.7334/psicothema2023.152>
- Cashen, K. K. & Grotevant, H. (2019). Relational competence in emerging adult adoptees: Conceptualizing competence in close relationships. *Journal of Adult Development* 27(2), 83-94. <https://doi.org/10.1007/s10804-019-09328-x>

- Cicchetti, D., & Valentino, K. (2006). An ecological-transactional perspective on child maltreatment: Failure of the average expectable environment and its influence on child development. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.) *Risk, Disorder, and Adaptation* (Vol. 3, pp. 129-201). Wiley.
<https://doi.org/10.1002/9780470939406.ch4>
- Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning. (CASEL; 2022). *What is the CASEL framework?* <https://casel.org/sel-framework/>
- Costa, I. S., Barbosa-Ducharme, M., Palacios, J. & Soares, J (2024). *Adoptive parents' lived experience of adoption and adopted adolescents' social competence*. [Manuscript submitted for publication]. University of Porto.
- Crone, E. A., Achterberg, M., Dobbelaar, S., Euser, S., van den Bulk, B., der Meulen, M. V., van Drunen, L., Wierenga, L. M., Bakermans-Kranenburg, M. J., & van IJzendoorn, M. H. (2020). Neural and behavioral signatures of social evaluation and adaptation in childhood and adolescence: The Leiden consortium on individual development (L-CID). *Developmental Cognitive Neuroscience*, 45, 100805. <https://doi.org/10.1016/j.dcn.2020.100805>
- DeLuca, H. K., Claxton, S. E., & Dulmen, M. H. M. (2019). The peer relationships of those who have experienced adoption or foster care: A meta-analysis. *Journal of Research on Adolescence*, 29(4), 796–813. <https://doi.org/10.1111/jora.12421>
- DePasquale, C. E. & Gunnar, M. R. (2020). Affective attunement in peer dyads containing children adopted from institutions. *Developmental Psychobiology*. 62(2), 202-211. <https://doi.org/10.1002/dev.21890>.
- DePasquale, C. E., Lawler, J. M., Koss, K. J., & Gunnar, M. R. (2020). Cortisol and parenting predict pathways to disinhibited social engagement and social functioning in previously institutionalized children. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 48(6), 797–808. <https://doi.org/10.1007/s10802-020-00633-8>
- Gabard-Durnam, L., & McLaughlin, K.A. (2020). Sensitive periods in human development: charting a course for the future. *Current opinions in behavioral Sciences*, 36, 120-128. <https://doi.org/10.1016/j.cobeha.2020.09.003>
- Glennen, S., & Bright, B. (2005). Five years later: Language in school-age internationally adopted children. *Seminars in Speech and Language*, 26(1), 86-101. <https://doi.org/10.1055/s-2005-864219>
- Gresham, F. M. & Elliott, S. N. (1990). *Social skills rating system manual*. American Guidance Service.
- Gresham, F. M., & Elliott, S. N. (2008). *Social skills improvement system—Rating scales manual*. Pearson Assessments

- Gresham, F. M., Elliott, S. N., Vance, M. J., & Cook, C. R. (2011). Comparability of the Social Skills Rating System to the Social Skills Improvement System: Content and psychometric comparisons across elementary and secondary age levels. *School Psychology Quarterly*, 26(1), 27–44. <https://doi.org/10.1037/a0022662>
- Grotevant, H. D., Lo, A. Y. H., Fiorenza, L., & Dunbar, N. D. (2017). Adoptive identity and adjustment from adolescence to emerging adulthood: A person-centered approach. *Developmental psychology*, 53(11), 2195–2204. <https://doi.org/10.1037/dev0000352>
- Grotevant, H. D., McRoy, R. G., Wrobel, G. M. & Ayers-Lopez, S. (2013). Contact between adoptive and birth families: Perspectives from the Minnesota Texas Adoption Research Project. *Child Development Perspectives*, 7(3), 193–198. <https://doi.org/10.1111/cdep.12039>
- Guyon-Harris, K. L., Humphreys, K. L., Fox, N. A., Nelson, C. A., & Zeanah, C. H. (2019). Signs of attachment disorders and social functioning among early adolescents with a history of institutional care. *Child Abuse & Neglect*, 88, 96–106. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.11.005>
- Instituto de Segurança Social, Instituto Público (ISS, IP; 2023). *Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças /Jovens (CASA 2022)*. ISS, IP.
- Jaffari-Bimmel, N., Juffer, F., van IJzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., & Mooijaart, A. (2006). Social development from infancy to adolescence: Longitudinal and concurrent factors in an adoption sample. *Developmental Psychology*, 42(6), 1143–1153. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.42.6.1143>
- Jiménez-Etcheverría, P., & Palacios, J. (2020). Psychological adjustment, attachment difficulties, and perceptions of family relationships in adopted and institution-reared children: The case of Chile. *Children and Youth Services Review*, 116, 105102. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105102>
- Juffer, F., & van IJzendoorn, M. (2005). Behavior problems and mental health referrals of international adoptees: A meta-analytic approach. *Journal of the American Medical Association*, 293(20), 2501-2515. <https://doi.org/10.1001/jama.293.20.2501>
- Julian, M., & McCall, R. (2016). Social skills in children adopted from socially-emotionally depriving institutions. *Adoption Quarterly*, 19(1), 44–62. <https://doi.org/10.1080/10926755.2015.1088106>
- Junge, C., Valkenburg, P. M., Deković, M., & Branje, S. (2020). The building blocks of social competence: Contributions of the Consortium of Individual Development. *Developmental Cognitive Neuroscience*, 45, 100861.

<https://doi.org/10.1016/j.dcn.2020.100861>

Kim, W. J., Shin, Y.J. & Carey, M. P. (1999). Comparison of Korean-American adoptees and biological children of their adoptive parents: A pilot study. *Child Psychiatry and Human Development*;29(3), 221-228.

<https://doi.org/10.1023/a:1022665024514>

Masten, A. S., & Cicchetti, D. (2010). Developmental cascades. *Development and Psychopathology*, 22, 419-495. <https://doi.org/10.1017/S0954579410000222>

Nelson, C. A., Zeanah, C. H., & Fox, N. A. (2019). How early experience shapes human development: The case of psychosocial deprivation. *Neural Plasticity*, 1676285.

<https://doi.org/10.1155/2019/1676285>

Paine, A. L., Fahey, K., Anthony, R. E. & Shelton, K. H. (2020). Early adversity predicts adoptees' enduring emotional and behavioral problems in childhood. *European Child & Adolescent Psychiatry* 30, 721–732. <https://doi.org/10.1007/s00787-020-01553-0>

Paine, A. L., van Goozen, S. H. M., Burley, D. T., Anthony, R. E. & Shelton, K. H. (2023) Facial emotion recognition in adopted children. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 32, 87–99. <https://doi.org/10.1007/s00787-021-01829-z>

Palacios, J. (2018). Adoption design. In M. E. Bornstein (Ed.), *The SAGE Encyclopedia of life-span human development* (pp. 45–49). Thousand Oaks.

Palacios, J., Adroher, S., Brodzinsky, D. M., Grotevant, H. D., Johnson, D. E., Juffer, F., Martínez-Mora, L., Muhamedrahimov, R. J., Selwyn, J., Simmonds, J., & Tarren-Sweeney, M. (2019). Adoption in the service of Child Protection: An international interdisciplinary perspective. *Psychology, Public Policy and Law*, 25(2), 57-72.

<https://doi.org/10.1037/law0000192>

Palacios, J., & Brodzinsky, D. M. (2010). Adoption research: Trends, topics, outcomes. *International Journal of Behavioral Development*, 34, 270-284.

<https://doi.org/10.1177/0165025410362837>

Palacios, J., Moreno, C., & Román, M. (2013). Social competence in internationally adopted and institutionalized children. *Early Childhood Research Quarterly*, 28(2), 357–365. <https://doi.org/10.1016/j.ecresq.2012.08.003>

Palacios, J., Rolock, N., Selwyn, J., & Barbosa-Ducharme, M. (2019). Adoption breakdown: Concept, research and implications. *Research on Social Work Practice*, 29, 130-142. <https://doi.org/10.1177/1049731518783852>

Paniagua, C., Moreno, C., Román, M., Palacios, J., Grotevant, H. D., & Rivera, F. (2020). Under the same label: Adopted adolescents' heterogeneity in well-being and perception of social contexts. *Youth & Society*.

<https://doi.org/10.1177/0044118X19828081>

- Petranovich, C. L., Walz, N. C., Staat, M. A., Chiu, C. P. & Wade, S. L. (2015) Intelligence, attention, and behavioral outcomes in internationally adopted girls with a history of institutionalization. *The Clinical Neuropsychologist*, 29(5), 639-655, <https://doi.org/10.1080/13854046.2015.1070205>
- Pitula, C. E., DePasquale, C. E., Mliner, S. B., & Gunnar, M. R. (2019). Peer problems among postinstitutionalized, internationally adopted children: Relations to hypocortisolism, parenting quality, and ADHD Symptoms. *Child Development*, 90(3), e339–e355. <https://doi.org/10.1111/cdev.12986>
- Rompanen, E., Korhonen, M., Salmelin, R. K., Puura, K., & Luoma, I. (2021). The significance of adolescent social competence for mental health in young adulthood. *Mental Health & Prevention*, 21, 200198. <https://doi.org/10.1016/j.mhp.2021.200198> .
- Rutter, M., Beckett, C., Castle, J., Colvert, E., Kreppner, J., Mehta, M., Stevens, S. & Sonuga-Barke, E. (2007) Effects of profound early institutional deprivation: An overview of findings from a UK longitudinal study of Romanian adoptees, *European Journal of Developmental Psychology*, 4(3), 332-350. <https://doi.org/10.1080/17405620701401846>
- Rutter, M., Sonuga-Barke, E.J., & Castle, J. I. (2010). Investigating the impact of early institutional deprivation on development: Background and research strategy of the English and Romanian Adoptees (ERA) study. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 75(1), 1-20. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5834.2010.00548.x>
- Sameroff, A. J. (1983). Systems of development: Contexts and evolution. In W. Kessen (Ed.), *History, theories and methods* (Vol. 1) of P. H. Mussen (Ed.), *Handbook of child psychology*. Wiley
- Soares, J., Barbosa-Ducharne, M. & Palacios, J. (2023) Mediating role of the child's temperament on the relationship between mother/father's adoptive parenting and adoptee's social skills: Hybrid dyadic analyses. *Adoption Quarterly*. <https://doi.org/10.1080/10926755.2023.2198522>
- Soares, J., Barbosa-Ducharne, M., Palacios, J., Canário, A., & Gresham, F. M. (2024a). *Social skills and problem behaviors of adopted children: A multi-informant approach*. [Manuscript in preparation]. University of Porto.
- Soares, J., Barbosa-Ducharne, M., Palacios, J., Canário, A., & Gresham, F. M. (2024b). *Assessment of adopted children's social competence: Who is the most reliable informant?*. [Manuscript in preparation]. University of Porto.

- Soares, J., Barbosa-Ducharne, M., Palacios, J., & Fonseca, S. (2017). Being adopted in the school context: Individual and interpersonal predictors. *Children and Youth Services Review*, 79, 463-470.
<https://doi.org/10.1016/j.chilgyouth.2017.06.043>
- Soares, J., Barbosa-Ducharne, M., Palacios, J., Moreira, M., Fonseca, S., & Cruz, O. (2019). Adopted children's social competence: The interplay between past and present influences. *Family Relations*, 68(5), 565–579.
<https://doi.org/10.1111/fare.12391>
- Soares, J., Barroso, S., Miranda, F., Henrique, B., & Barbosa-Ducharne, M. (2024, julho, 8-12). The interplay of pre-adoption adversity and post-adoption parental acceptance: Effects on socioemotional competence of adoptees [Oral Presentation]. ICAR 8 - 8th International Conference on Adoption Research. University of Minnesota. St Paul. Minneapolis. USA
- Sonuga-Barke, E. J. S., Kennedy, M., Kumsta, R., Knights, N., Golm, D., Rutter, M., Maughan, B., Schlotz, W., Kreppner, J. (2017). Child-to-adult neurodevelopmental and mental health trajectories after early life deprivation: The young adult follow-up of the longitudinal English and Romanian Adoptees study. *Lancet*. 15(389),1539-1548.
[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(17\)30045-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(17)30045-4).
- Sonuga-Barke, E.J., Schlotz, W. & Kreppner, J. (2010). Differentiating developmental trajectories for conduct, emotion, and peer problems following early deprivation. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 75: 102-124. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5834.2010.00552.x>
- Spinrad, T., Eisenberg, N., Cumberland, A., Fabes, R., Valiente, C., Shepard, S. A., Reiser, M., Losoya, S., & Guthrie, I. K. (2006). Relation of emotion-related regulation to children's social competence: A longitudinal study. *Emotion*, 6(3), 498-510. <https://doi.org/10.1037/1528-3542.6.3.498>
- Stams, G., Juffer, F., Rispen, J., & Hoksbergen, R. (2000). The development and adjustment of 7-years-old children adopted in infancy. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 41(8), 1025-1037. <https://doi.org/10.1111/1469-7610.00690>
- Stams, G. J. J. M., Juffer, F., & Van IJzendoorn, M. H. (2002). Maternal sensitivity, infant attachment, and temperament in early childhood predict adjustment in middle childhood: The case of adopted children and their biologically unrelated parents. *Developmental Psychology*, 38, 806 – 821. <https://doi.org/10.1037//0012-1649.38.5.806>

- Tan, T. X. (2009). School-age adopted Chinese girls' behavioral adjustment, academic performance, and social skills: Longitudinal results. *American Journal of Orthopsychiatry*, 79(2), 244-251. <https://doi.org/10.1037/a0015682>.
- Tan, T. X., & Camras, L. (2011). Social skills of adopted Chinese girls at home and in school: Parent and teacher ratings. *Children and Youth Services Review*, 33(10), 1813-1821. <https://doi.org/0.1016/j.childyouth.2011.05.006>
- Tieman W., van der Ende J. & Verhulst F. C. (2006). Social functioning of young adult intercountry adoptees compared to nonadoptees. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 41(1), 68–74. <https://doi.org/10.1007/s00127-005-0995-x>
- van IJzendoorn, M. H., Bakermans-Krannenburg, M., Duschinsky, R., Fox, N. A., Goldman, P. S., Gunnar, M. R., Johnson, D. E., Nelson, C. A., Reijman, S., Skinner, G. C. M., Zeanah, C. H., & Sonuga-Barke, E. J. S. (2020). Institutionalisation and deinstitutionalisation of children 1: A systematic and integrative review of evidence regarding effects on development. *The Lancet*, 7, 703-720. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(19\)30399-2](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(19)30399-2)
- Vilhena, M. I (2022). Preditores pré e pós-adoção da competência socio-emocional em crianças e adolescentes adotados. Dissertação de Mestrado em Psicologia. FPCEUP. <https://hdl.handle.net/10216/145637>
- Wretham, A. E., & Woolgar, M. (2017). Do children adopted from British foster care show difficulties in executive functioning and social communication? *Adoption and Fostering*, 41(4), 331-345. <https://doi.org/10.1177/0308575917730295>